



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, novembro/2006

MINISTRO DA FAZENDA

Guido Mantega

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Bernard Appy

SECRETÁRIO DO TESOIRO NACIONAL

Carlos Kawall Leal Ferreira

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Paulo Fontoura Valle

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

Felipe Augusto Trevisan Ortiz

Felipe Palmeira Bardella

Heloisa Teixeira Saito

Lindemberg de Lima Bezerra

Mario Augusto Gouvêa de Almeida

Paula Bicudo de Castro Magalhães

Sérgio Jurandyr Machado

O RESULTADO DO TESOIRO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 12, n. 10, outubro 2006. 40 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central registrou superávit primário de R\$ 7,4 bilhões em outubro, contra R\$ 511,4 milhões em setembro. O Tesouro Nacional contribuiu para o desempenho do mês com superávit de R\$ 10,4 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,0 bilhões e R\$ 6,4 bilhões, respectivamente. O déficit da Previdência Social apresentou redução de R\$ 5,5 bilhões, função da antecipação, em setembro, de metade do 13º salário a aposentados e pensionistas no montante de aproximadamente R\$ 5,8 bilhões.

Em outubro, o déficit da Previdência Social recuou para R\$ 3,0 bilhões ante R\$ 8,6 bilhões em setembro.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	SET 2006	OUT 2006	JAN-OUT 2005 2006	
I. RECEITA TOTAL	44.716,8	46.788,6	392.746,5	442.929,9
I.1. Receitas do Tesouro	34.186,8	36.352,6	307.655,3	346.025,6
I.1.1. Receita Bruta (1)	36.163,2	38.145,5	319.730,7	355.983,2
I.1.2. (-) Restituições	-1.976,4	-1.792,9	-12.075,5	-9.957,7
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	10.419,9	10.314,5	83.903,4	95.714,6
I.3. Receitas do Banco Central	110,1	121,5	1.187,8	1.189,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.749,3	6.453,2	66.453,3	74.137,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	37.967,5	40.335,4	326.293,1	368.792,9
IV. DESPESA TOTAL	37.456,1	32.977,4	270.745,4	313.105,7
IV.1. Despesas do Tesouro	18.320,4	19.491,7	157.769,9	178.913,9
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	8.482,9	8.414,8	73.226,0	82.837,3
IV.1.2. Custeio e Capital	9.787,5	11.024,0	84.041,5	95.565,8
IV.1.2.1. Despesa do FAT	1.465,2	1.598,8	9.769,0	12.465,8
IV.1.2.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	-274,6	638,9	6.544,5	5.466,2
IV.1.2.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	1.026,9	1.030,1	7.563,8	9.566,5
IV.1.2.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	7.570,0	7.756,2	60.164,2	68.067,2
IV.1.3. Transferência do Tesouro ao Banco Central	50,1	52,8	502,5	510,8
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	18.986,5	13.357,8	111.538,2	132.838,1
IV.3. Despesas do Banco Central	149,2	127,9	1.437,2	1.353,8
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	511,4	7.357,9	55.547,8	55.687,1
V.1. Tesouro Nacional	9.117,1	10.407,6	83.432,0	92.974,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (3)	-8.566,6	-3.043,3	-27.634,8	-37.123,5
V.3. Banco Central (4)	-39,1	-6,4	-249,4	-164,1
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,50%	3,26%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.
(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.
(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.
(3) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.
(4) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

As receitas do Tesouro (líquidas de restituições) apresentaram incremento de R\$ 2,2 bilhões (6,3%) relativamente a setembro. Houve elevação no volume recolhido a título de impostos (R\$ 522,0 milhões) e demais receitas (R\$ 1,5 bilhão). As contribuições, por sua vez, mantiveram-se praticamente estáveis (R\$ 17,2 bilhões em setembro em comparação a R\$ 17,1 bilhões em outubro). As transferências a estados e municípios caíram R\$ 296,0 milhões no mês (4,4%), devido ao comportamento da base de cálculo sobre a qual o repasse é computado.

PRINCIPAIS VARIACIONES ACUMULADO JAN-OUT: %		
DISCRIMINAÇÃO	2005/2004	2006/2005
Receitas	16,0%	12,8%
Tesouro	16,1%	12,5%
Previdência	15,3%	14,1%
Transferências	20,8%	11,6%
Receita Líquida	15,0%	13,0%
Despesas	16,0%	15,6%
Benefícios	16,6%	19,1%
Pessoal	11,2%	13,1%
Custeio e Capital	19,8%	13,7%
PIB estimado	9,9%	7,7%

O Tesouro Nacional manteve performance próxima à dos meses anteriores, contribuindo para que as contas públicas do Governo Central se mantivessem superavitárias e em linha com a meta preestabelecida.

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Tesouro Nacional	5,26%	5,44%
Previdência Social	-1,74%	-2,17%
Banco Central	-0,02%	-0,01%
Governo Central	3,50%	3,26%

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Receita Total	24,76%	25,91%
Transferências	4,19%	4,34%
Receita Líquida	20,57%	21,57%
Despesa Total	17,07%	18,31%
Resultado Primário	3,50%	3,26%

O crescimento das receitas tributárias do Governo Central decorre sobretudo da implementação de medidas para recuperação de créditos e do desempenho econômico dos setores de petróleo e minerais metálicos.

A arrecadação do RGPS aumentou 14,1% este ano devido à melhoria no mercado de trabalho formal e ao aumento da participação da Previdência sobre as receitas do Simples de 40 para 60% a partir de 1º de janeiro de 2006, conforme Lei nº 11.307/2006.

Por sua vez, as despesas do Tesouro cresceram R\$ 1,2 bilhão (6,4%), com destaque para o aumento dos gastos referentes à rubrica de custeio e capital. Esse crescimento nas despesas refere-se, basicamente, aos subsídios e subvenções econômicas (R\$ 913,5 milhões), especialmente em função das operações oficiais de crédito e às outras despesas de custeio e capital (R\$ 186,2 milhões).

No ano, o superávit do Governo Central foi de R\$ 55,7 bilhões, praticamente idêntico, em termos nominais, ao verificado no mesmo período de 2005 (R\$ 55,5 bilhões). Entretanto, ao analisar os valores como percentual do PIB, percebe-se uma redução da ordem de 0,24 ponto percentual (de 3,50% para 3,26% do PIB estimado).

A receita do Tesouro Nacional tem crescido relativamente menos este ano (12,5%, contra 16,1% até outubro de 2005), porém acima do crescimento estimado para o PIB do período (7,7%). As medidas que o governo vem adotando desde o ano passado para estimular o investimento produtivo (tais como estímulo à poupança de longo prazo, redução de impostos às famílias, redução de tributos sobre a cesta básica, e outras direcionadas a pequenas e médias empresas) têm contribuído para redução da arrecadação de alguns tributos, sobretudo do IPI. No entanto, o desempenho de alguns setores da economia, em especial petróleo e extração de minerais metálicos, tem elevado a capacidade arrecadatória do Estado. Some-se ainda o ganho de arrecadação decorrente da Medida Provisória nº 303/2006 (PA-EX), a qual propiciou a arrecadação de débitos em atraso da ordem de R\$ 2,1 bilhões no período compreendido entre agosto e outubro de 2006, sem correspondência no ano passado. Cabe salientar o aumento no pagamento de dividendos das empresas nas quais a União possui participação acionária, com destaque para a Petrobras e para as empresas financeiras (Banco do Brasil, Caixa e BNDES).

As receitas da Previdência Social (RGPS) também apresentam desempenho positivo este ano, com crescimento de 14,1% em relação a igual período de 2005. Esse crescimento, próximo àquele verificado no exercício anterior (15,3%), é explicado por dois fatores: i) o repasse de 60% da arrecadação do Simples para o RGPS (contra 40% em 2005); e ii) a expansão no mercado formal de trabalho, com destaque para a indústria de transformação, serviços, comércio e construção civil. A massa salarial das seis principais regiões metropolitanas evoluiu 12,05% em termos nominais quando comparada ao mesmo mês do ano passado.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 74,1 bilhões no ano, cerca de 4,34% do PIB, contra R\$ 66,5 bilhões, ou 4,19% do PIB, em igual período do ano passado. Esse aumento é especialmente significativo dada a redução de R\$ 1,3 bilhão nas transferências relativas à Lei Complementar nº 115/2002. Cabe salientar que a medida provisória nº 328, editada em 1º de novembro de

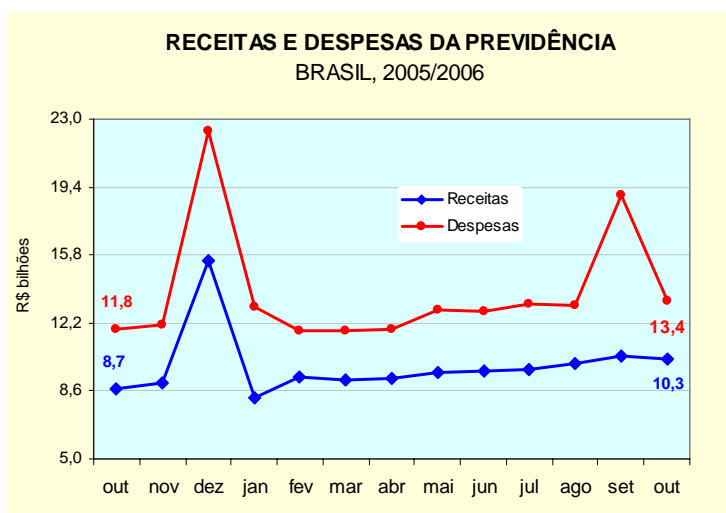
2006, dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados e aos Municípios, no exercício de 2006, com o objetivo de fomentar as exportações do País. A medida estipula um repasse total de R\$ 1,95 bilhão, sendo a primeira parcela (a ser transferida em até dez dias após a edição da MP) igual a R\$ 975,0 milhões. As demais parcelas, de R\$ 487,5 milhões, serão repassadas a partir do mês de novembro de 2006.

As despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 178,9 bilhões, contra R\$ 157,8 bilhões no mesmo período do ano anterior, aumento de R\$ 21,1 bilhões (13,4%). Como proporção do PIB, houve aumento de 0,52 ponto percentual, parte relacionada à folha de pagamentos da União (0,23 ponto percentual) e parte às despesas de custeio e capital (0,29 ponto percentual). Em termos nominais, as despesas com pessoal e encargos sociais e com custeio e capital cresceram R\$ 9,6 bilhões (13,1%) e R\$ 11,5 bilhões (13,7%), respectivamente. Com respeito a essas últimas, destaque para o incremento das despesas com seguro-desemprego e demais despesas do FAT, em R\$ 2,6 bilhões (26,5%), e dos benefícios da LOAS/RMV, em R\$ 2,0 bilhões (26,5%).

As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 132,8 bilhões até outubro, R\$ 21,3 bilhões (19,1%) acima do verificado em igual período de 2005. Essas despesas já representam 7,77% do PIB, em comparação aos 7,03% do exercício anterior.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 74,1 bilhões no ano, cerca de 4,34% do PIB, contra R\$ 66,5 bilhões, ou 4,19% do PIB, em igual período do ano passado.

As despesas do Tesouro Nacional como proporção do PIB apresentaram elevação de 0,52 ponto percentual, parte relacionada à folha de pagamentos da União (0,23 ponto percentual) e parte às despesas de custeio e capital (0,29 ponto percentual).



DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,4	24,1	2,7%
Quantidade RGPS*	20,7	21,2	2,3%
Valor médio Total**	465,4	527,3	13,3%
Valor médio RGPS**	488,3	552,6	13,2%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1,00

Contribuíram para isso o aumento de R\$ 64,35 (13,2%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário-mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso. Além disso, houve elevação de 475,3 mil (2,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos.

A quantidade total de benefícios emitidos atingiu 24,1 milhões no período de janeiro a outubro, contra 23,4 milhões no mesmo período do ano passado, com destaque para os benefícios assistenciais que cresceram relativamente mais.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

A receita bruta do Tesouro Nacional somou R\$ 38,1 bilhões em outubro, com elevação de R\$ 2,0 bilhões (5,5%) em relação ao mês anterior. Contribuíram para esse resultado os seguintes fatores: i) pagamento da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL em outubro de 2006, referente à apuração trimestral encerrada em setembro; e ii) arrecadação de débitos em atraso, nos moldes previstos pela MP nº 303/2006, no valor de R\$ 118,0 milhões.

Em termos absolutos, as principais variações foram observadas na arrecadação do IR (acréscimo de R\$ 955,0 milhões ou 8,7%) e da CSLL (elevação de R\$ 652,7 milhões ou 27,9%). Tal variação é especialmente relevante se levado em consideração o fato de que as parcelas regulares referentes ao parcelamento do saldo a pagar de IRPF constante da declaração de ajuste de 2006 se encerraram em setembro. O volume de restituições, por outro lado, alcançou R\$ 1,8 bilhão, valor próximo ao montante repassado no mês anterior (R\$ 1,9 bilhão).

As demais receitas apresentaram elevação da ordem de R\$ 1,5 bilhão em função, principalmente, do recolhimento trimestral da participação especial pela produção e extração de petróleo e gás natural. As receitas com dividendos e concessões se mostraram próximas ao realizado no mês anterior, tendo alcançado R\$ 2,7 milhões e R\$ 20,4 milhões, respectivamente. Por fim, a receita diretamente arrecadada caiu R\$ 206,9 milhões, de R\$ 1,3 bilhão em setembro para R\$ 1,1 bilhão em outubro.

No acumulado de 2006, a receita bruta do Tesouro foi equivalente a 20,8% do PIB, acréscimo de 0,67 ponto percentual, em relação à proporção verificada no mesmo período de 2005 (20,2% do PIB).

Em termos nominais, no acumulado de 2006, a receita bruta totalizou R\$ 356,0 bilhões contra R\$ 319,8 bilhões no mesmo período de 2005. O acréscimo de R\$ 36,3 bilhões (11,3%) apresenta uma distribuição não uniforme entre impostos, contribuições e demais receitas. Enquanto os dois primeiros cresceram 11,1% e 7,0%, respectivamente, as demais receitas apresentaram elevação de 29,6%.

No que diz respeito a impostos e contribuições, as variações mais relevantes foram verificadas: i) no IPI-Automóveis, em função do aumento de 10,4% no

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ Milhões) ¹		
DISCRIMINAÇÃO	SET/06	OUT/06
Impostos	15.378,2	15.900,2
Imposto de Renda	10.963,2	11.918,3
IPI	2.772,8	2.502,1
Outros	1.642,2	1.479,9
Contribuições	17.151,2	17.089,3
Cofins	8.372,6	7.850,6
CPMF	2.836,7	2.733,8
CSLL	2.337,5	2.990,2
Cide - Combustíveis	702,0	691,9
Outras	2.902,5	2.822,8
Demais	3.633,7	5.156,0
Cota parte	1.316,6	3.135,6
Diretamente Arrecadada	1.309,9	1.103,0
Dividendos da União	3,4	2,7
Pagamento Unificado ²	-	-
Outras	1.003,9	914,8
Total Bruto	36.163,2	38.145,5

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.
² Pagamentos decorrentes do País, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

volume de vendas ao mercado interno; ii) no IRPJ e na CSLL, com contribuição significativa dos setores de combustíveis e extração de minerais metálicos. No caso das instituições financeiras, o crescimento observado na arrecadação do IRPJ deve-se à retomada do recolhimento regular por parte das empresas desse setor, as quais discutiam judicialmente o tributo em 2005; iii) no IRPF, em virtude do crescimento da arrecadação da cota de ajuste anual e de acréscimos legais; iv) imposto de importação e IPI vinculado à importação decorrente da elevação de 25,0% no valor em dólar das importações tributadas. Por outro lado, houve redução no IPI-Outros, como consequência da redução para zero das alíquotas referentes a bens de capital e a insumos da construção civil.

Já as demais receitas apresentaram crescimento significativo em todos os subgrupos. Destaque para: i) incremento na arrecadação com dividendos (R\$ 5,6 bilhões) pagos por empresas em que a União detém participação acionária, com destaque para o recolhimento de dividendos do BNDES (R\$ 3,0 bilhões), da Petrobras (R\$ 2,3 bilhões), do Banco do Brasil (R\$ 2,3 bilhões) e da Caixa Econômica Federal (R\$ 1,1 bilhão); ii) maior recolhimento da cota-parte de compensações financeiras e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural (R\$ 3,4 bilhões), refletindo, principalmente, os elevados níveis do preço do petróleo no mercado internacional; iii) acréscimo nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 1,9 bilhão), concentrado basicamente no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações pela Anatel; e iv) incremento de R\$ 683,6 milhões no ingresso decorrente das receitas com concessões, em razão do recolhimento de R\$ 556,4 milhões de bônus de assinatura de contrato de concessão de áreas para exploração e produção de petróleo e gás, sem correspondência no ano anterior.

As transferências a estados e municípios totalizaram R\$ 6,4 bilhões em outubro contra R\$ 6,7 bilhões em setembro, representando decréscimo de R\$ 296,0 milhões. A queda se justifica basicamente pela redução da base de cálculo das transferências do FPE e do FPM (de R\$ 11,6 bilhões, em setembro, para R\$ 10,5 bilhões em outubro) em consonância com a evolução da arrecadação nos decêndios que compõem a referida base. Por sua vez, a transferência de recursos ao amparo da Lei Complementar nº 115 de 2002 alcançou R\$ 162,5 milhões, volume idêntico ao do mês anterior.

No período de janeiro a outubro de 2006, as transferências a estados e municípios corresponderam a 4,34% do PIB, contra 4,19% em idêntico período de 2005. No acumulado de 2006, as transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo nominal da ordem de R\$ 7,7 bilhões (11,6%), quando comparadas ao mesmo período do ano anterior.

RECEITA BRUTA DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Impostos	8,38%	8,64%
Imposto de Renda	6,23%	6,48%
IPI	1,34%	1,33%
Outros	0,81%	0,82%
Contribuições	9,44%	9,37%
Cofins	4,55%	4,44%
CPMF	1,50%	1,52%
CSLL	1,41%	1,42%
Cide - Combustíveis	0,40%	0,38%
Outras	1,57%	1,61%
Demais	2,34%	2,81%
Cota parte	0,86%	1,00%
Diretamente Arrecadada	0,65%	0,72%
Dividendos da União	0,25%	0,56%
Pagamento Unificado /1	0,16%	0,00%
Outras	0,41%	0,53%
Total Bruto	20,16%	20,82%

/1 Em 2005 inclui pagamentos decorrentes do País, patrimônio de alienação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição na Cofins, no PIS e na CSLL.

DIVIDENDOS PAGOS À UNIÃO		
BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
EMPRESAS	2005	2006
Petrobras	1.684,6	2.340,7
Banco do Brasil	641,0	2.265,4
Caixa	503,0	1.100,2
BNDES	775,8	3.041,7
Correios	84,6	299,6
IRB	120,2	130,1
BNB	36,8	41,6
BASA	35,3	126,8
Eletrobrás	0,1	137,8
FND	29,6	15,2
Demais	122,1	143,8
Total	4.033,1	9.642,9

Transferências a Estados e Municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS		
BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/06	OUT/06
Constitucionais (IR, IPI e outros)	5.387,0	4.864,4
CIDE-Combustíveis	-	457,8
Desoneração do ICMS	162,5	162,5
Demais	1.199,8	988,5
Total	6.749,3	6.453,2

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	3,17%	3,36%
CIDE - Combustíveis	0,11%	0,10%
Lei Complementar nº 115/2002	0,23%	0,12%
Demais	0,68%	0,75%
Total	4,19%	4,34%

As transferências constitucionais cresceram 14,1% (R\$ 7,1 bilhões), em linha com o crescimento das receitas compartilhadas. As transferências a título de *royalties* e participação especial pela exploração e produção de petróleo e gás natural cresceram R\$ 1,6 bilhão, refletindo o aumento do preço do petróleo no mercado internacional e a elevação da produção em território nacional.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Constitucionais (IR, IPI e outros)	50.312,0	57.412,0
CIDE - Combustíveis	1.776,1	1.781,3
Lei Complementar nº 115/2002	3.573,7	2.072,2
Demais	10.791,6	12.871,4
Total	66.453,3	74.137,0

Por outro lado, houve redução de R\$ 1,3 bilhão nas transferências relativas a Lei Complementar nº 115/2002. Tal diminuição é função da inexistência, até o final de outubro, de transferências referentes ao auxílio financeiro a estados exportadores. Ressalta-se que foi enviada ao Congresso Nacional a medida provisória nº 328, de 1º de novembro de 2006, que dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados e aos Municípios, no exercício de 2006, com o objetivo de fomentar as exportações do País. A medida estipula um repasse total de R\$ 1,95 bilhão, sendo a primeira parcela (a ser transferida em até dez dias após a edição da MP) igual a R\$ 975,0 milhões. As duas parcelas restantes, no valor de R\$ 487,5 milhões cada, serão repassadas a partir do mês de novembro de 2006.

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/06	OUT/06
Pessoal e Encargos	8.482,9	8.414,8
Custeio e Capital	9.787,5	11.024,0
Despesas do FAT	1.465,2	1.598,8
Subsídios e Subvenções /1	-274,6	638,9
LOAS/RMV	1026,9	1030,1
Outras	7.570,0	7.756,2
Transferência ao Bacen	50,1	52,8

/1 Inclui doações com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Em outubro, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram R\$ 19,5 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 1,2 bilhão (5,6%) relativamente a setembro. O principal aumento ocorreu nos gastos com custeio e capital de R\$ 1,2 bilhão (12,6%), concentrados nos subsídios e subvenções econômicas (R\$ 913,5 milhões), “Outras Despesas de Custeio e Capital” (R\$ 186, 2 milhões) e com o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (R\$ 133,6 milhões). As despesas de pessoal e encargos sociais apresentaram relativa estabilidade, com redução de 68,0 milhões (0,8%).

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	SET/06	OUT/06
Sentenças Judiciais	18,2	20,5
Legislativo/Judiciário	382,2	388,1
Crédito Extraordinário	556,5	549,5
Projeto Piloto de Investimento/3	312,6	319,1
Outras Obrigatórias/1	7,0	148,2
Discionárias/2	6.293,5	6.330,9
d/q Min. da Educação	416,6	681,6
Min. do Des. Social	891,7	995,7
Min. das Rel. Exteriores	48,8	111,5
Min. do Des. Agrário	69,6	117,3
Min. da Defesa	437,3	461,8
Min. dos Transportes	212,9	235,1
Min. da Justiça	103,6	66,3
Min. da Fazenda	116,0	(6,8)
Min. da Saúde	3.115,2	2.642,3
Demais	881,8	1.026,2
Total	7.570,0	7.756,2

/1 Inclui doações, indenizações Proleg, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integração de cotas de organismos internacionais.
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.
/3 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.173, de 20/09/05 (LDO-2006).

As despesas de pessoal e encargos sociais atingiram R\$ 8,4 bilhões em outubro, contra R\$ 8,5 bilhões no mês anterior. Houve o pagamento, em outubro, de R\$ 150,0 milhões com despesas relativas a exercícios anteriores de servidores públicos federais, com limite de recebimento de até R\$ 10 mil por servidor, conforme estabelecido pela Portaria Conjunta SRH/SOF nº 1, de 29/08/2006. São consideradas despesas de exercícios anteriores vantagens pecuniárias concedidas judicialmente que impliquem na incorporação de valores na remuneração do servidor, referentes ao período entre a decisão judicial e a implantação do benefício na folha de pagamento, e vantagens pecuniárias reconhecidas administrativamente de ofício, ou a pedido do servidor, não pagas no exercício de competência.

Em relação às despesas com subsídios e subvenções econômicas, o aumento ocorreu, principalmente, pela variação no valor de R\$ 813,0 milhões no âmbito do Fundo Nacional de Desenvolvimento (FND), em função de retorno lí-

quido atípico dos recursos do fundo (receitas) de R\$ 821,1 milhões, em setembro, contra R\$ 8,0 milhões, em outubro. Por seu turno, os dispêndios com Preços Agrícolas reduziram em R\$ 96,8 milhões, sendo que o Programa de Aquisição do Governo Federal (AGF) observou redução de R\$ 56,8 milhões e o Programa Sustentação de Preços, R\$ 40,0 milhões.

As outras despesas de custeio e capital atingiram R\$ 7,8 bilhões em outubro, contra R\$ 7,6 bilhões no mês anterior, com variação de R\$ 186,2 milhões. As despesas discricionárias, inclusive as despesas do Projeto Piloto de Investimento Público (PPI) não passíveis de dedução da meta de superávit primário, apresentaram aumento, em outubro, de R\$ 174,0 milhões relativamente a setembro. A execução das despesas do PPI, passíveis de dedução da meta do superávit primário foi de R\$ 319,1 milhões no mês, registrando aumento de R\$ 6,5 milhões em relação a setembro, concentradas nos projetos de Adequação e Recuperação de Rodovias (R\$ 153,4 milhões), Portos e Ferrovias (R\$ 100,8 milhões), Metrô de Fortaleza (R\$ 29,0 milhões) e Corredor Tiradentes (R\$ 12,3 milhões) entre outros. Houve, ainda, a emissão de títulos para fins de reforma agrária, em outubro, no montante de R\$ 272,1 milhões, contra R\$ 149,4 milhões no mês anterior.

No acumulado do ano, as despesas do Tesouro Nacional totalizaram 10,47% do PIB, contra 9,95% no mesmo período do ano anterior. Em termos nominais, houve aumento de R\$ 21,1 bilhões (13,4%) em relação a 2005, acima do crescimento nominal do PIB no período (7,4%). Destacam-se os incrementos de R\$ 11,5 bilhões (13,7% ou 0,29% ponto percentual do PIB) nos gastos com custeio e capital e de R\$ 9,6 bilhões (13,1% ou 0,23 ponto percentual do PIB) nas despesas de pessoal e encargos sociais.

Os dispêndios com a folha salarial aumentaram de 4,62% do PIB, em 2005, para 4,85% do PIB, em 2006, com incremento de 0,23%. No âmbito dos Poderes Legislativo, Judiciário e MPU, o aumento nominal dos dispêndios com a folha salarial foi de R\$ 2,6 bilhões (0,06 ponto percentual do PIB). Neste valor estão computados precatórios relativos aos Poderes no valor de R\$ 2,6 bilhões, pagos pelas Justiças Federais e do Trabalho, frente ao montante de R\$ 1,8 bilhão no mesmo período de 2005. Verificou-se o incremento de R\$ 6,9 bilhões (0,17 ponto percentual do PIB) no âmbito do Poder Executivo. O crescimento desta rubrica decorreu, principalmente, da reestruturação de carreiras e remunerações dos servidores civis e militares.

Entre os gastos com custeio e capital, que passaram de 5,30% para 5,59% do PIB, registraram maior crescimento as rubricas "outras despesas de custeio e

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS		
BRASIL, 2005-2006 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	SET/06	OUT/06
Agricultura	309,1	338,9
Custeio Agropecuário	18,9	22,7
Investimento Rural	0,1	0,4
Preços Agrícolas	190,9	94,1
- EGF	0,2	0,2
- AGF	98,7	41,9
- Sustentação de preços	92,0	52,0
Pronaf	94,2	213,2
Pesa	5,1	8,5
Cacau	-	-
Fundo da Terra/Incra	54,1	93,0
Outras áreas	(760,1)	132,4
Habituação (PSH)	-	-
Exportação (Proex)	6,9	47,5
FND (BNDES)	(821,1)	(8,0)
Total	(450,9)	471,4

71 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
72 Dados revisados

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

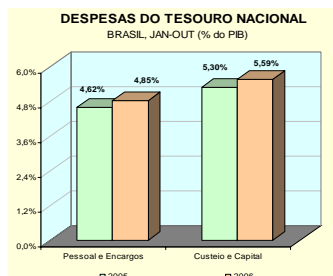
DESPESAS DO TESOURO NACIONAL		
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	4,62%	4,85%
Custeio e Capital	5,30%	5,59%
Despesas do FAT	0,62%	0,73%
Subsídios e Subvenções /1	0,41%	0,32%
LOAS/RMV	0,48%	0,56%
Outras	3,79%	3,98%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

71 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL		
BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Sentenças Judiciais	691,0	968,7
Legislativo/Judiciário	3.109,0	3.567,8
Crédito Extraordinário	1.135,0	2.901,7
Projeto Piloto de Investimento/3	409,6	1.978,0
Outras Obrigatórias/1	973,8	693,2
Discricionárias/2	53.845,8	57.957,9
d/q Min. do Desen. Social	5.169,2	7.471,9
Min. da Saúde	26.147,6	27.611,0
Min. da Educação	4.929,4	5.733,9
Min. da Integração Nacional	463,8	770,1
Gab. da Pres. da República	450,8	653,7
Min. do Turismo	232,1	370,6
Min. da Previdência Social	1.023,6	725,7
Min. da Defesa	3.607,3	3.301,5
Min. dos Transportes	1.800,7	1.481,3
Demais	10.021,1	9.838,3
Total	60.164,2	68.067,2

71 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
72 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.
73 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).

capital” (0,20 p.p. do PIB), “despesas do FAT” (0,11 p.p. do PIB) e “benefícios assistenciais” (0,08 p.p. do PIB).



As despesas com LOAS/RMV aumentaram 26,6% em 2006. No caso da LOAS, o número médio dos benefícios emitidos até outubro superou em 10,0% o número médio de igual período do ano anterior.

As despesas do FAT atingiram R\$ 12,5 bilhões até outubro de 2006, contra R\$ 9,8 bilhões em igual período do ano anterior, tendo crescido R\$ 2,5 bilhões (27,6%) comparativamente ao período janeiro a outubro de 2005 (variação de 0,11 p.p. do PIB). Esse comportamento reflete a adoção de diversas medidas com vistas a facilitar o acesso ao benefício – em especial, o aprimoramento do pagamento por meio do crédito em conta corrente e folha de pagamento, e da ampliação do número de parcelas do seguro-desemprego para os setores calçadista, de móveis em madeira e máquinas e equipamentos agrícolas (Resolução Codefat nº 500, 501 e 502, de 18/07/2006). Também explica o crescimento das despesas do FAT o reajuste do salário-mínimo, com impacto no valor do seguro-desemprego e na parcela do abono salarial referente ao exercício de 2006/2007, este último, conforme Resoluções Codefat nºs 499, de 29/06/2006.

As despesas com benefícios assistenciais (LOAS/RMV) aumentaram em R\$ 2,2 bilhões (26,6%) em relação ao acumulado até outubro de 2005. Essa variação é explicada pelo reajuste do salário-mínimo em 2006 e o crescimento da quantidade de benefícios pagos, que foi de 10,0% no período (média contra média). Do total de benefícios pagos, 1,1 milhão foi destinado aos idosos e 1,2 milhão aos portadores de deficiência.

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS
BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO /1	2005	2006 ²
Agricultura	3.643,1	2.657,4
Custeio Agropecuário	134,5	159,5
Investimento Rural	263,1	326,7
Preços Agrícolas	652,1	1.022,9
- EGF	5,4	2,3
- AGF	493,3	413,0
- Sustentação de preços	153,4	607,7
Pronaf	567,3	551,6
Pesa	815,8	275,8
Cacau	0,0	0,6
Securitização	884,4	0,0
Fundo da Terra/Incr	325,8	320,2
Outros	648,8	-670,6
Habituação (PSH)	256,6	284,8
FND	-72,9	-1.224,8
Exportação (Proex)	465,1	269,3
Total	4.291,9	1.986,8

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.
/2 Dados revisados

QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS LOAS
BRASIL, 2001-2006

	Total LOAS	Variação em relação à média do ano anterior	Idoso	Variação em relação à média do ano anterior	Portador de Deficiência	Variação em relação à média do ano anterior
média 2001	1.290.690	-	444.190	-	846.500	-
média 2002	1.455.205	13%	531.617	20%	923.588	9%
média 2003	1.631.497	12%	627.693	18%	1.003.804	9%
média 2004	1.898.903	16%	821.288	30%	1.077.615	7%
média 2005	2.173.634	15%	1.002.778	23%	1.170.856	9%
média jan-out/05	2.155.104		991.465		1.163.640	
média jan-out/06	2.373.030	10%	1.122.420	13%	1.250.610	7%

As despesas com subsídios, subvenções econômicas e reordenamento de passivos alcançaram R\$ 5,5 bilhões no período de janeiro a outubro de 2006, apresentando queda de R\$ 1,1 bilhão em relação ao mesmo período do ano anterior. As subvenções aos fundos regionais, por seu turno, cresceram R\$ 935,4 milhões, reflexo do maior provisionamento face o nível de inadimplência da carteira, e da aplicação da Portaria Interministerial nº 11, de 28/12/2005. Além disso, até outubro, houve aumento nas despesas com o Programa Garantia de Sustentação de Preços

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, JAN-SET (% do PIB)

DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Pessoal e Encargos	4,69%	4,89%
Custeio e Capital	5,20%	5,55%
Despesas do FAT	0,61%	0,71%
Subsídios e Subvenções /1	0,35%	0,32%
LOAS/RMV	0,48%	0,56%
Outras	3,76%	3,96%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

(R\$ 454,3 milhões) em relação ao ano anterior, sendo que os principais produtos foram algodão, arroz, milho e trigo.

A execução financeira do PPI – parcela passível de redução da meta de superávit primário – atingiu R\$ 2,0 bilhões em 2006, contra R\$ 409,6 milhões em 2005. Incluindo-se a parcela não passível de redução do resultado primário – classificada na rubrica de despesas discricionárias – o gasto total do PPI no período atingiu R\$ 2,2 bilhões, sendo que R\$ 1,7 bilhão referente a restos a pagar de 2005.

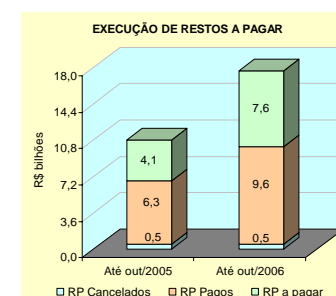
Em relação ao mesmo período do ano passado, houve realização de R\$ 2,7 bilhões com a execução de créditos extraordinários, 135,9% superior ao executado em igual período de 2005, destacando-se os gastos no âmbito da Justiça Eleitoral – para atualização e manutenção do sistema de votação e apuração das eleições; do Ministério do Desenvolvimento Social – para aquisição de alimentos da agricultura familiar; e do Ministério da Justiça – para recuperação de danos causados por desastres e em programas sociais. Houve também aumento de 40,2% nas despesas com sentenças judiciais, totalizando R\$ 968,7 milhões até outubro. Os gastos com custeio dos Poderes Legislativo e Judiciário totalizaram R\$ 3,6 bilhões, representando incremento de R\$ 458,8 milhões. As despesas discricionárias no período cresceram R\$ 4,1 bilhões (7,6%), acima da evolução do PIB nominal no período (7,8%). Dentre os Ministérios que apresentaram aumento nos dispêndios no acumulado até outubro em relação ao ano anterior destacam-se o Ministério de Desenvolvimento Social (R\$ 2,3 bilhões), o Ministério da Saúde (R\$ 1,5 bilhão) e o Ministério da Educação (R\$ 804,4 milhões). Excetuando as despesas identificadas no âmbito dos ministérios da área social, nos demais se constatou redução dos gastos discricionários.

O montante pago de restos a pagar (RP) correspondeu a R\$ 9,6 bilhões, equivalentes a 56,0% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). No mesmo período do ano anterior, foram pagos R\$ 6,3 bilhões, correspondentes a 60,5% do total de RP inscritos (menos cancelamentos). Dos restos a pagar pagos até outubro, R\$ 5,9 bilhões referem-se a despesas com investimentos, representando percentual de execução de 49,3% do total de RP de investimento no ano, concentrando-se, principalmente, nos Ministérios do Transporte (R\$ 2,1 bilhões), da Saúde (R\$ 925,1 milhões), Ministério da Educação (R\$ 546,7 milhões) e Ministério das Cidades (R\$ 488,4 milhões). Os principais programas beneficiados desses ministérios foram a manutenção da malha rodoviária, os corredores Araguaia-Tocantins, Mercosul e Leste, os programas do SUS (“Atenção Básica e Especializada em Saúde” e “Assistência Farmacêutica”) e o Proágua – infra-estrutura e operações especiais.

O crescimento das despesas discricionárias em 2006, em torno de 7,6%, acima evolução do PIB nominal no período de 7,8%. Excetuando as áreas sociais, que apresentaram maior dinamismo na sua execução financeira, as despesas discricionárias do Poder Executivo cresceram significativamente menos.

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO E CAPITAL BRASIL, JAN-OUT (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Sentenças Judiciais	691,0	968,7
Legislativo/Judiciário	3.109,0	3.567,8
Crédito Extraordinário	1.135,0	2.677,1
Projeto Piloto de Investimento ³	409,6	1.976,0
Outras Obrigatórias ¹	973,8	693,2
Discricionárias ²	53.845,8	58.182,4
d/q Min. do Desen. Social	5.169,2	7.471,9
Min. da Saúde	26.147,6	27.611,0
Min. da Educação	4.929,4	5.733,9
Min. da Integração Nacional	463,8	770,1
Gab. da Pres. da República	450,8	653,7
Min. do Turismo	232,1	370,6
Min. da Previdência Social	1.023,6	725,7
Min. da Defesa	3.607,3	3.301,5
Min. dos Transportes	1.800,7	1.481,3
Demais	10.021,1	10.062,8
Total	60.164,2	68.067,2

/1 Inclui doações, indenizações Proagro, Fundo Constitucional do DF, PNAFE e integralização de cotas de organismos internacionais.
/2 Inclui Fundo de Combate à Pobreza e emissão TDA para reforma agrária. Não inclui despesas administrativas do FAT. Inclui despesa do PPI não passível de reduzir meta de superávit primário.
/3 Corresponde à despesa do PPI passível de reduzir a meta de superávit primário, conforme estabelecido no art. 3º da Lei no 11.178, de 20/09/05 (LDO-2006).



Ressalta-se o crescimento expressivo de 37,9% nos gastos com investimento que, até outubro de 2006, totalizaram R\$ 9,0 bilhões, contra R\$ 6,5 bilhões no mesmo período do ano anterior. Esses valores, já comentados nos parágrafos anteriores, totalizam as despesas com investimentos na ótica de valor pago, inclusive restos a pagar (Tabela A10).

Previdência Social

Em outubro, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 3,0 bilhões, R\$ 5,5 bilhões abaixo do verificado no mês anterior. Isso decorreu basicamente do pagamento, em setembro, de metade do abono natalino aos segurados e dependentes da Previdência, com impacto de aproximadamente R\$ 5,8 bilhões. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 37,1 bilhões, contra R\$ 27,6 bilhões observados até outubro de 2005.

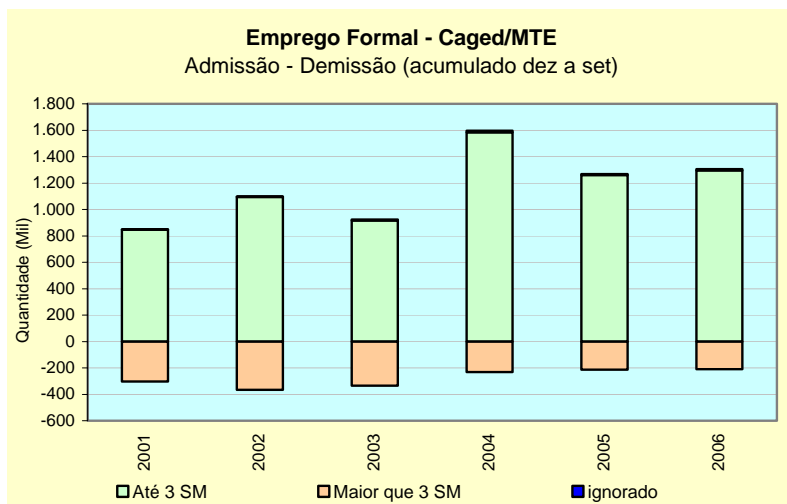
Em outubro, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,0 bilhões. No ano, o déficit acumulado atingiu R\$ 37,1 bilhões, equivalentes a 2,17% do PIB.

TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões			
	SET	OUT	JAN-OUT	
	2006	2006	2005	2006
I. ARRECADANÇA LÍQUIDA	10.419,9	10.314,5	83.903,4	95.714,6
Arrecadação Bruta	11.234,1	11.176,3	90.593,0	104.165,5
- Contribuição Previdenciária	10.234,5	10.206,8	84.511,4	95.575,3
- Simples	797,5	797,8	4.008,8	6.485,3
- CFT	59,6	58,0	506,7	568,5
- Depósitos Judiciais	96,0	70,3	1.126,4	1.085,0
- Refis	28,9	24,8	292,9	279,2
- Outras Receitas	17,5	18,5	146,8	172,2
(-) Restituição/Devolução	-36,4	-36,0	-418,3	-398,2
(-) Transferências a Terceiros	-777,9	-825,7	-6.271,4	-8.052,7
II. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	18.986,5	13.357,8	111.538,2	132.838,1
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-8.566,6	-3.043,3	-27.634,8	-37.123,5
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,74%	-2,17%

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA			
BRASIL, JAN-OUT (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Contribuição	83,9	95,7	14,1%
Benefícios	111,5	132,8	19,1%
Resultado Primário	-27,6	-37,1	34,3%

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu em R\$ 11,8 bilhões (14,1%) frente ao mesmo período de 2005, refletindo, principalmente, a elevação da massa salarial, que afetou positivamente as receitas previdenciárias ao provocar um incremento nas contribuições sobre a folha de pagamento. Segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), a massa salarial observada de janeiro a setembro de 2006 foi de R\$ 76,9 bilhões contra R\$ 68,7 bilhões no período correspondente em 2005 – uma elevação de 12,0%. Esse efeito foi também reforçado pelo comportamento do emprego no setor formal. Conforme dados do Caged, foram gerados 1,097 milhão de novos empregos entre dezembro de 2005 e setembro de 2006, frente a 1,057 milhão de novos postos observados no período equivalente do ano anterior (crescimento de 3,8%).

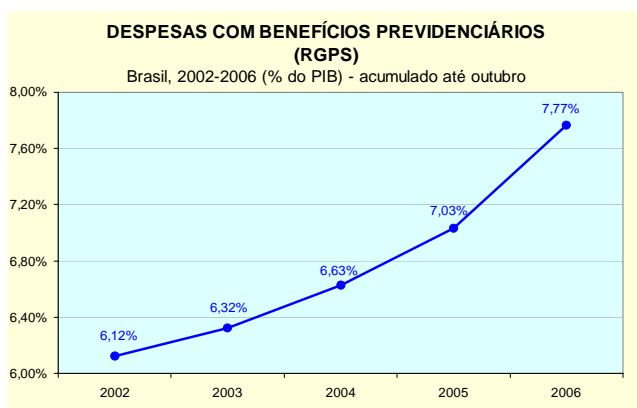


Até outubro de 2006, as despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 132,8 bilhões, representando crescimento de R\$ 21,3 bilhões (19,1%) em relação ao mesmo período de 2005. Isso é explicado, principalmente, por três fatores: i) aumento de R\$ 64,35 (13,2%) no valor médio dos benefícios pagos pela Previdência, como consequência do reajuste do salário mínimo e do aumento dos benefícios com valores acima do piso; ii) elevação de 475,3 mil (2,3%) na quantidade média mensal de benefícios pagos; e iii) pagamento antecipado de 50% do valor do abono natalino em setembro de 2006, sem antecipação equivalente no ano anterior.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-OUT			
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006	%
Quantidade Total*	23,4	24,1	2,7%
Quantidade RGPS*	20,7	21,2	2,3%
Valor médio Total**	465,4	527,3	13,3%
Valor médio RGPS**	488,3	552,6	13,2%

(*) em milhões
(**) em R\$ 1.00

O gráfico a seguir ilustra a evolução das despesas com benefícios previdenciários nos últimos anos, considerando o acumulado de janeiro a outubro de cada ano. Verifica-se que em 2002 esses gastos correspondiam a 6,12% do PIB; em 2006, correspondem a 7,77% do PIB. Nos últimos quatro anos, o crescimento médio das despesas com benefícios foi de 0,41 ponto percentual do PIB por ano.



As despesas com benefícios previdenciários do RGPS passaram de 6,12% do PIB no acumulado de janeiro a outubro de 2002 para 7,77% do PIB no mesmo período em 2006, representando crescimento de 26,8%.

O crescimento do número médio de benefícios pagos nos primeiros dez meses de 2006 contra a média do mesmo período de 2005 correspondeu a variações no estoque de 451,9 mil aposentadorias (3,5%), 217,9 mil benefícios assistenciais – LOAS (10,1%) e 153,2 mil pensões por morte (2,6%).

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005-2006

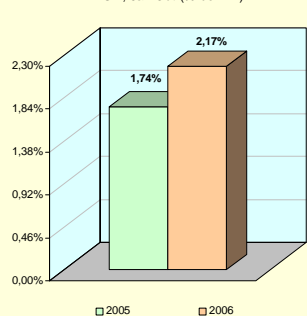
	Em mil benefícios			
	SET 2006	OUT 2006	MÉDIA JAN-OUT 2005	MÉDIA JAN-OUT 2006
TOTAL	24.302	24.436	23.448	24.088
Benefícios do RGPS	21.388	21.510	20.739	21.214
Previdenciários	20.660	20.780	19.982	20.481
Aposentadorias	13.346	13.382	12.792	13.238
Idade	6.849	6.873	6.546	6.782
Invalidez	2.733	2.736	2.581	2.716
Tempo de contribuição	3.764	3.773	3.665	3.740
Pensão por morte	5.882	5.896	5.691	5.845
Auxílio-Doença	1.358	1.425	1.428	1.324
Salário - maternidade	42	43	41	41
Outros	33	34	29	33
Acidentários	728	731	757	733
Aposentadorias	147	147	140	146
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	95	98	130	101
Auxílio - acidente	269	269	267	269
Auxílio - suplementar	87	87	91	88
Assistenciais	2.906	2.917	2.699	2.865
Amparos Assistenciais - LOAS	2.430	2.446	2.155	2.373
Idoso	1.158	1.167	991	1.122
Portador de deficiência	1.272	1.279	1.164	1.251
Pensões mensais vitalícias	16	16	17	16
Rendas mensais vitalícias	459	455	527	475
Idade	141	139	170	148
Invalidez	318	316	357	327
Encargos Previdenciários da União (EPU)	9	8	10	9

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA
BRASIL, JAN-OUT (% do PIB)

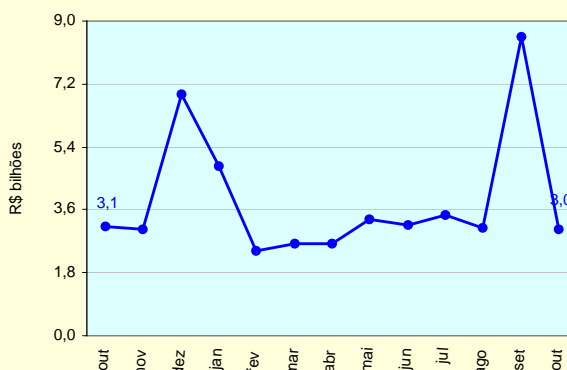
DISCRIMINAÇÃO	2005	2006
Contribuição	5,29%	5,60%
Benefícios	7,03%	7,77%
Resultado Primário	-1,74%	-2,17%

Como proporção do PIB, a receita previdenciária apresentou acréscimo de 0,31 ponto percentual em relação ao período de janeiro a outubro do ano passado, sendo insuficiente para cobrir o aumento de 0,74 ponto percentual nos gastos com benefícios previdenciários. Como resultado, o déficit primário do RGPS atingiu 2,17% do PIB, sendo assim 0,43 ponto percentual superior a 1,74% do PIB registrado no período correspondente em 2005.

DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, Jan-Out (% do PIB)



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2005/2006



A Dívida Líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de outubro com saldo de R\$ 566,4 bilhões, equivalente a 27,5% do PIB acumulado em 12 meses. A Dívida Interna Líquida cresceu R\$ 742,8 milhões, ainda que em proporção do PIB tenha havido redução equivalente a 0,1 ponto percentual. Por sua vez, a Dívida Externa Líquida apresentou redução, R\$ 1,2 bilhão, explicado basicamente pela apreciação cambial no mês. Com vistas ao aprimoramento das estatísticas fiscais de endividamento, a STN estará divulgando a partir desta nota o saldo da Dívida Externa Líquida acrescido dos juros nominais apropriados por competência, tal como acontece com a DPMFi. Esse novo indicador será divulgado paralelamente àquele da metodologia tradicional (maiores detalhes no boxe 3).

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em outubro, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional diminuiu R\$ 408,1 milhões, passando de R\$ 566,8 bilhões ao final de setembro para R\$ 566,4 bilhões. Em proporção do PIB, houve pequena redução, passando de 27,7% para 27,5%.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005	2006	
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	321.803	427.842	428.585
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	930.356	1.060.427	1.065.957
Dívida Contratual da STN	-449.080	-453.539	-456.553
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-159.472	-179.045	-180.820
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (*)	166.318	138.959	137.809
Dívida Mobiliária em Poder do Público	136.990	109.074	108.362
Títulos Depositados em Garantia	-3.255	0	0
Dívida Contratual	32.932	30.183	29.785
Disponibilidades	-349	-297	-339
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	488.122	566.801	566.393
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	25,6%	27,7%	27,5%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

(*) Se fossem incorporados os juros nominais ao estoque da DPFe, o saldo da Dívida Externa Líquida seria R\$ 141,1 bilhões. Vide boxe 03.

A Dívida Líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 566,4 bilhões em outubro, equivalente a 27,5% do PIB.

O saldo da Dívida Interna Líquida do Tesouro Nacional em mercado alcançou R\$ 428,6 bilhões em outubro, equivalentes a 20,8% do PIB acumulado em 12 meses, percentual este inferior em 0,1 ponto percentual ao observado em setembro. A dívida mobiliária em mercado aumentou R\$ 5,5 bilhões, resultado basicamente da apropriação por competência dos juros nominais, uma vez que houve resgate líquido de títulos em mercado. Os haveres contratuais líquidos,

Dívida Interna Líquida

por outro lado, cresceram R\$ 4,8 bilhões, compensando parcialmente o impacto do aumento da dívida mobiliária.

Em outubro, o saldo da dívida interna líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 428,6 bilhões, correspondendo a 20,8% do PIB.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

R\$ milhões

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006	
	OUT	SET	OUT	OUT
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	321.803	427.842	428.585	
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	930.356	1.060.427	1.065.957	
LFT	516.797	432.052	430.682	
LTN	220.973	325.839	323.311	
NTN-B	42.426	153.724	160.878	
NTN-C	75.262	65.438	65.402	
NTN-D	4.912	1.297	1.294	
Demais	46.381	58.571	61.033	
Dívida Securitizada	20.307	19.612	19.219	
TDA	3.297	3.893	4.139	
DÍVIDA CONTRATUAL	-608.552	-632.585	-637.372	
<i>Tesouro Nacional</i>	-449.080	-453.539	-456.553	
Dívida Bancária	24.874	24.204	24.136	
Lei nº 7.976/89	-6.091	-3.524	-3.469	
Lei nº 8.727/93	-47.817	-46.944	-46.847	
Lei nº 9.496/97	-247.733	-259.370	-260.068	
Renegociação Dívida Municipais	-37.533	-39.960	-40.007	
Demais Haveres da STN	-134.781	-127.946	-130.297	
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	-159.472	-179.045	-180.820	
FAT	-113.568	-127.145	-128.163	
Demais Entidades	-45.904	-51.900	-52.657	
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	48,7%	51,8%	51,7%	
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-31,9%	-30,9%	-30,9%	
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-23,5%	-22,2%	-22,2%	
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	16,9%	20,9%	20,8%	

Emissões e Resgates

Em outubro, as emissões da DPMFi corresponderam a R\$ 55,6 bilhões, dentre ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto. Os resgates, por sua vez, corresponderam a R\$ 62,1 bilhões, o que resultou em resgate líquido de R\$ 6,5 bilhões.

No mês de outubro, houve resgate líquido da DPMFi no montante de R\$ 6,5 bilhões.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 54,1 bilhões, sendo: i) R\$ 34,1 bilhões em LTN, com vencimentos em abril, julho e outubro de 2007, abril de 2008 e janeiro de 2009; ii) R\$ 10,6 bilhões em LFT, com vencimentos em dezembro de 2009 e 2011; iii) R\$ 6,5 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2024; e iv) R\$ 2,9 bilhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2012 e 2014.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 1,3 bilhão, todas no âmbito dos programas públicos, sendo as mais importantes: i) R\$ 476,7 milhões em títulos da dívida securitizada e R\$ 466,6 milhões em LTN, ambos em permuta por títulos da dívida securitizada do Banco do Brasil; ii) R\$ 272,1 milhões em títulos da dívida agrária, para fins de indenizações de

desapropriações para a reforma agrária; iii) R\$ 69,0 milhões em CFT-E1 para o Fies; iv) R\$ 33,6 milhões em títulos da dívida securitizada para novação de dívidas com diversos credores; e v) R\$ 21,1 milhões em NTN-I para o Proex.

TABELA 6
EMISSIONES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, OUT/2006

R\$ milhões

FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSIONES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSIONES	54.147,5	1.340,2	80,7	55.568,4
LFT	10.641,9	0,0	10,3	10.652,2
LTN	34.117,7	466,6	46,5	34.630,8
NTN-B	6.472,2	0,0	14,8	6.487,0
NTN-C	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	2.915,7	0,0	9,1	2.924,8
TDA	0,0	272,1	0,0	272,1
Securitizada*	0,0	510,2	0,0	510,2
Demais	0,0	91,3	0,0	91,3
II. RESGATES**	55.986,6	6.030,5	87,1	62.104,3
LFT	15.428,8	1.379,4	5,5	16.813,7
LTN	38.696,6	2.247,0	73,2	41.016,8
NTN-B	1.003,7	17,8	6,1	1.027,6
NTN-C	857,4	105,3	1,8	964,5
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	0,0	0,0	0,6	0,6
TDA	0,0	98,5	0,0	98,5
Securitizada*	0,0	1.040,3	0,0	1.040,3
Demais	0,0	1.142,3	0,0	1.142,3
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	-1.839,1	-4.690,3	-6,5	-6.535,9

* Inclui dívida agrícola.

** Corresponde aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 80,7 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 46,5 milhões em LTN com vencimentos em abril, julho e outubro de 2007, janeiro, abril e julho de 2008 e janeiro de 2009 ; ii) R\$ 14,8 milhões em NTN-B com vencimentos em maio de 2009, 2011, 2015, 2035 e 2045 e agosto de 2008, 2010 e 2024; iii) R\$ 10,3 milhões em LFT com vencimentos em março de 2009 e 2011; e iv) R\$ 9,1 milhões em NTN-F com vencimentos em janeiro de 2008, 2010, 2012 e 2014 (maiores detalhes no boxe 4).

O volume total de títulos da DPMFi resgatados em outubro atingiu R\$ 62,1 bilhões, sendo R\$ 46,9 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 15,2 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 6,7 bilhões em LTN e R\$ 830,2 milhões em LFT aceitas no leilão de troca de LTN; ii) R\$ 3,4 bilhões em LFT aceitas no leilão de troca desse mesmo título; iii) R\$ 2,2 bilhões em LFT e R\$ 1,0 bilhão em NTN-B aceitas nos leilões de NTN-B; iv) R\$ 476,5 milhões em títulos da dívida securitizada e R\$ 461,6 milhões em LFT, ambos em permuta por títulos da dívida securitizada e LTN com o Banco do Brasil.

Boxe 1 – Tesouro Direto

Em outubro, o Tesouro Direto, programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas via internet, alcançou R\$ 80,7 milhões em vendas. O título mais demandado pelos investidores foi a LTN, representando 57,6% do montante vendido, seguida NTN-B (incluindo NTN-B principal), com 18,4% e pela LFT, com 12,8%. O valor das vendas de títulos públicos realizados por meio do Tesouro Direto, desde sua implementação em 2002, atingiu, nesse mês, a cifra de R\$ 2 bilhões.

O volume de vendas e o número de investidores cadastrados no ano de 2006 atingiram, respectivamente, a cifra de R\$ 659,9 milhões e 19.869 investidores. No mês, ocorreu o cadastro de 1.754 novos investidores no Tesouro Direto. Destaca-se que o número de investidores cadastrados, desde o início do programa, atingiu 69.367 pessoas, apresentando aumento de 48,2% em relação ao número de investidores acumulados até outubro do ano anterior.

Composição

Em relação à composição da DPMFi, observou-se acréscimo de 0,55 ponto percentual na participação de títulos indexados a índices de preços, em função das emissões líquidas de NTN-B, no valor de R\$ 5,5 bilhões. A participação de títulos remunerados pela taxa Selic apresentou redução de 0,42 ponto percentual, devido ao resgate líquido de LFT, no valor de R\$ 6,2 bilhões.

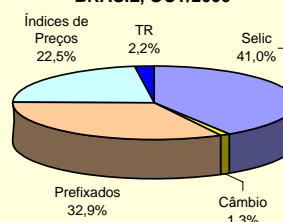
Os títulos indexados a índices de preços tiveram sua participação elevada em 0,55 ponto percentual, em virtude da emissão líquida de NTN-B

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO BRASIL, 2005/2006 (%)

INDEXADOR	2005		2006
	OUT	SET	OUT
Selic	56,66	41,42	41,00
Câmbio	2,02	1,36	1,32
Prefixados	24,78	33,00	32,90
Índices de Preços	14,31	21,99	22,54
TR	2,23	2,22	2,24

* Não inclui dívida agrícola.

COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO BRASIL, OUT/2006



Boxe 2 – Títulos Indexados a Índices de Preços

O Tesouro Nacional realizou, no mês de outubro, dois leilões de NTN-B, títulos remunerados pelo IPCA, nos quais foram emitidos R\$ 6,5 bilhões. No leilão realizado nos dias 3 e 4 de outubro, com liquidação financeira no dia 5, foram ofertados títulos com vencimentos em 2009, 2011 e 2015, sendo que as taxas de venda para os títulos foram de 9,40% a.a., 9,45% a.a. e 8,99% a.a., respectivamente. O montante vendido foi de R\$ 2,4 bilhões, com destaque para a NTN-B com vencimento em 2011, o qual representou 57,4% (R\$ 1,4 bilhão) do total arrecadado naquele leilão. Do montante total de títulos vendidos, 52,9% (R\$ 1,3 bilhão) foram emitidos em troca por títulos com menor prazo médio e 47,1% (R\$ 1,1 bilhão) mediante pagamento em dinheiro.

O segundo leilão de NTN-B foi realizado nos dias 24 e 25 de outubro, com liquidação financeira no dia 26. O montante vendido foi de R\$ 4,1 bilhões, sendo que 51,5% (R\$ 2,1 bilhões) foram recebidos em dinheiro e 48,5% (R\$ 2,0 bilhões) em troca por outros títulos. A NTN-B com vencimento em 2009 foi o título mais vendido, saindo à taxa de 9,12% a.a.. As NTN-B com vencimentos em 2011, 2015, 2024, 2035 e 2045 foram vendidas às taxas de 9,11% a.a., 8,70% a.a., 8,10% a.a., 8,03% a.a. e 7,98% a.a., respectivamente.

O montante resgatado de títulos remunerados por índices de preços foi de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, sendo que R\$ 964,0 milhões corresponderam aos vencimentos e R\$ 1,0 bilhão aos títulos recebidos nos leilões de compra e troca, resultando em uma emissão líquida de R\$ 4,5 bilhões.

Custo Médio

O custo médio da DPMFi em poder do público apresentou redução, ao passar de 14,86% a.a., em setembro, para 14,50% a.a., em outubro. Essa redução é explicada em grande medida pela apreciação do real frente ao dólar americano em 1,44%, frente à depreciação de 1,66% ocorrida em setembro, o que reduziu o custo anualizado da NTN-D. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi aumentou de 14,60% a.a., em setembro, para 14,90% a.a., em outubro, em virtude da maior variação do IPCA e do IGP-M (0,33% e 0,47%, em outubro, contra 0,21% e 0,29%, em setembro, respectivamente), o que aumentou o custo da NTN-B em 1,43 e da NTN-C em 2,23 pontos percentuais.

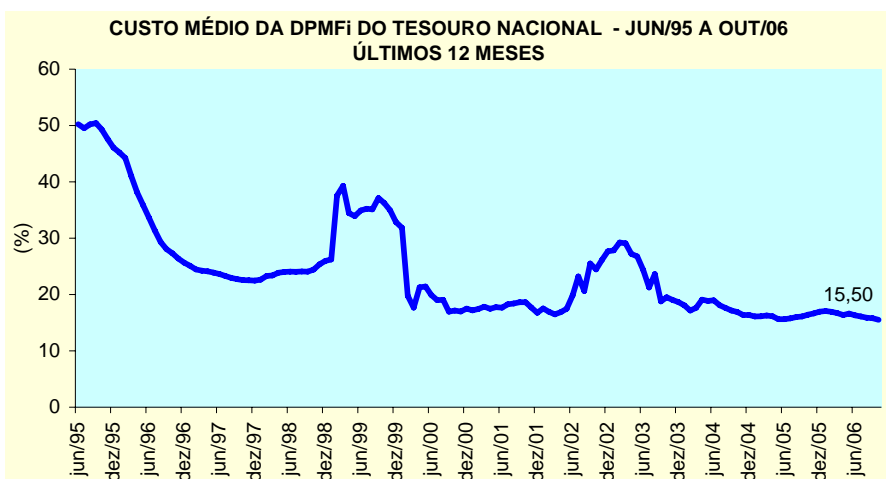
TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

		(% anual)	
PERÍODO		TOTAL (1)	TOTAL (2)
2005	Out	18,84	19,04
	Nov	18,18	17,33
	Dez	17,09	18,44
2006	Jan	18,06	16,40
	Fev	16,68	15,40
	Mar	15,89	16,11
	Abr	15,14	13,97
	Mai	15,30	17,33
	Jun	14,88	13,27
	Jul	14,91	14,90
	Ago	14,50	14,01
	Set	14,60	14,86
	Out	14,90	14,50

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
 (2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

Em outubro, o custo médio anualizado da DPMFi em poder do público reduziu em 0,36% a.a..

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi apresentou redução, ao passar de 15,79% a.a., em setembro, para 15,50% a.a., em outubro. Essa redução ocorreu em virtude da queda da taxa Selic (1,09%, em outubro de 2006, contra 1,41%, no mesmo mês do ano anterior); da apreciação do real frente ao dólar americano (1,44%, em outubro de 2006, frente à depreciação de 1,44%, no mesmo mês do ano anterior) e da menor variação do IPCA (0,33%, em outubro de 2006, contra 0,75%, no mesmo mês do ano anterior).



O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 15,50% a.a., apresentando redução de 0,29 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Em outubro, o prazo médio da DPMFi aumentou 0,53 mês, passando de 29,82 meses para 30,35 meses, em virtude dos pagamentos e cancelamentos de LTN, no valor de R\$ 41,0 bilhões, e de LFT, no valor de R\$ 16,8 bilhões, que resultaram no aumento do prazo médio desses títulos em 0,88 mês e 0,22 mês,

Prazo Médio

Em comparação a setembro, o prazo médio da DPMFi em poder do público aumentou 0,53 mês.

respectivamente. Adicionalmente, menciona-se ainda o aumento em outubro da participação dos títulos indexados a índices de preços, os quais possuem prazo médio superior ao do estoque da DPMFi. A vida média, conceito que considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos, também aumentou, ao passar de 45,10 meses, em setembro, para 45,42 meses, em outubro.

**PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006**

TÍTULOS	Meses		
	2005		2006
	OUT	SET	OUT
LTN	9,68	9,45	10,33
LFT	19,01	20,48	20,70
NTN-B	78,26	58,18	57,30
NTN-C	69,24	77,88	78,00
NTN-D	14,03	19,85	18,78
TDA	63,87	60,59	60,19
Dívida Securitizada*	81,02	84,47	86,26
Demais	84,67	71,82	70,22
TOTAL	27,67	29,82	30,35

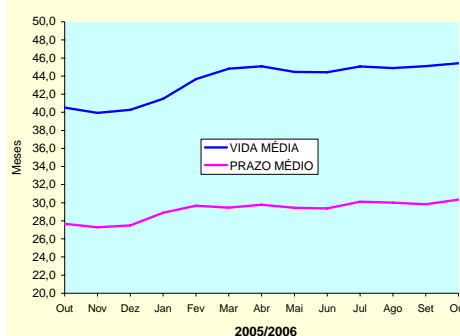
(*) Inclui dívida agrícola.

**TABELA 9
PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006**

PERÍODO	VIDA MÉDIA (1)	PRAZO MÉDIO (2)	
		TOTAL	OF. PUB. (3)
2005	Out	40,52	27,67
	Nov	39,93	27,28
	Dez	40,28	27,49
2006	Jan	41,50	28,89
	Fev	43,67	29,67
	Mar	44,83	29,45
	Abr	45,09	29,79
	Mai	44,46	29,44
	Jun	44,43	29,38
	Jul	45,07	30,12
	Ago	44,89	30,01
	Set	45,10	29,82
	Out	45,42	30,35

(1) Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.
(2) Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.
(3) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública

PRAZO MÉDIO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO



Dívida Externa Líquida

Em outubro, a dívida externa líquida do Tesouro Nacional atingiu R\$ 137,8 bilhões.

Em outubro, a Dívida Externa Líquida do Tesouro Nacional atingiu R\$ 137,8 bilhões, contra R\$ 139,0 bilhões observado em setembro. Essa redução é explicada basicamente pela apreciação cambial em outubro (1,4%), uma vez que o saldo em dólar da dívida aumentou o equivalente a 0,62%, devido à reabertura do Bônus de Captação Soberana *Global BRL 2022*, em 5 de outubro, no montante de R\$ 650,0 milhões. Conforme descrito no boxe 3, a partir desse mês a STN divulgará o saldo da Dívida Externa Líquida com os juros nominais apropriados por competência, tal como já é adotado na DPMFi. Por esse critério, o saldo da Dívida Externa Líquida em outubro foi de R\$ 141,1 bilhões.

Boxe 3 – Incorporação dos juros nominais ao estoque da DPFe

A partir desse mês, o Tesouro Nacional passará a divulgar o estoque da Dívida Externa Líquida incorporando os juros nominais por competência incidentes sobre o saldo da Dívida Pública Federal externa (DPFe), conforme procedimento já adotado no âmbito da DPMFi. Vale mencionar que a DPFe representa a quase totalidade da Dívida Externa Líquida, eliminando apenas as disponibilidades em moeda estrangeira dos Fundos, Autarquias e Fundações. Com essa mudança aperfeiçoa-se o processo de consolidação da DPFe, em linha com o padrão de contabilidade internacionalmente aceito.

Com vistas a assegurar a transparência das estatísticas de endividamento do Tesouro Nacional, o indicador tradicional continuará sendo divulgado paralelamente, até a disponibilização de um período mínimo de 12 meses para a nova série. O usuário pode continuar acessando os dados da metodologia tradicional na Tabela 10 do texto e na Tabela A6, do anexo, e a nova série pela Tabela A6-B, também do anexo.

TABELA 10
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2005	2006	
	OUT	SET	OUT
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	136.990	109.074	108.362
Bônus de Renegociação	16.222	471	465
Bônus de Captação	120.767	108.602	107.897
II. DÍVIDA CONTRATUAL	32.932	30.183	29.785
Organismos Multilaterais	20.232	23.887	23.784
Bancos Privados/Ag. Governamentais	6.935	6.296	6.001
Clube de Paris	5.765	0	0
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	169.922	139.257	138.147
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.255	0	0
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-349	-297	-339
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV) (*)	166.318	138.959	137.809
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	8,7%	6,8%	6,7%

(*) Se fossem incorporados os juros nominais ao estoque da DPFe, o saldo da Dívida Externa Líquida seria R\$ 141,1 bilhões. Vide boxe 03.

O serviço da DPFe, em outubro, totalizou R\$ 1,6 bilhão, do qual R\$ 1,3 bilhão refere-se ao pagamento de juros e encargos e o restante ao pagamento de principal.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, OUT/2006

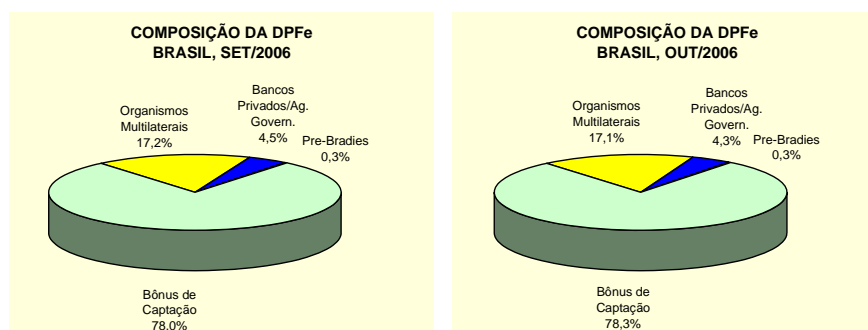
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	351,0	1.289,0	1.640,1
I.1. Organismos Multilaterais	125,7	117,8	243,5
I.2. Bancos Privados / Ag.Gov.	225,3	119,9	345,2
I.3. Dívida Mobiliária	0,0	1.051,4	1.051,4
Euro 2007	0,0	161,5	161,5
Global 2008	0,0	102,0	102,0
Global 2009	0,0	176,6	176,6
Global 2010	0,0	169,7	169,7
Global 2019	0,0	143,4	143,4
Global 2024	0,0	267,8	267,8
Samurai 2007	0,0	28,2	28,2
Bônus (novas captações)	0,0	2,1	2,1

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 1,6 bilhão no mês.

Em relação à composição da DPFe, houve aumento percentual da participação dos Bônus de Captação, devido à reabertura do *Global BRL 2022*, em 0,35 ponto percentual, e redução dos demais itens no estoque da Dívida Externa Líquida.

Composição



Prazo e Custo Médios

O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou redução, ao passar de 6,83 anos para 6,77 anos, em virtude da aproximação dos vencimentos dos títulos. Esse fator foi apenas parcialmente compensado pela reabertura do *Global BRL 2022*, que teve um prazo de emissão maior do que o do estoque. A vida média, por sua vez, permaneceu constante em 13,85 anos.

TABELA 12
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL EXTERNA
BRASIL, 2005/2006

DISCRIMINAÇÃO	2005		2006
	OUT	SET	OUT
PRAZO MÉDIO (1)	6,42	6,83	6,77
Bônus de Renegociação	6,33	3,32	3,23
Bônus de Captação	6,43	6,84	6,79
Globais	7,10	7,64	7,61
Euros	3,84	3,50	3,40
Demais	1,33	0,75	0,66
VIDA MÉDIA (2)	12,34	13,85	13,85
Bônus de Renegociação	10,48	6,96	6,96
Bônus de Captação	12,59	13,88	13,88
Globais	14,36	15,97	15,97
Euros	5,08	4,61	4,61
Demais	1,42	0,77	0,77
CUSTO MÉDIO (3)	9,44	9,73	9,76
Bônus de Renegociação	5,41	6,00	6,00
Bônus de Captação	9,99	9,75	9,78
Globais	10,19	9,88	9,91
Euros	9,93	9,69	9,72
Demais	6,08	9,59	6,62

(1) Em anos. Considera os fluxos tanto do principal quanto de juros, ponderados pelos respectivos prazos.

(2) Em anos. Considera apenas os fluxos do principal, ponderados pelos respectivos prazos.

(3) Custo Médio em dólares (% ao ano).

O custo médio, por sua vez, apresentou um ligeiro aumento, passando de 9,73% em setembro para 9,76% em outubro. Excluindo-se do cálculo os

títulos externos referenciados em reais (BRL 2016 e BRL 2022), o custo médio no mês seria de 9,61%. Uma nova metodologia de cálculo do custo médio da DPMFe está sendo desenvolvida para permitir a comparação mais adequada do custo dos títulos referenciados em reais com o custo dos títulos referenciados em moeda estrangeira. Tal metodologia será compatível com a utilizada para a DPMFi e possibilitará, inclusive, calcular o custo médio acumulado em 12 meses da dívida mobiliária externa, a exemplo do que se faz para a dívida interna. A metodologia e a nova série histórica serão divulgadas em breve, seguindo a mesma regra de transição indicada para o estoque da Dívida Externa Líquida.

Boxe 4 – Brasil reabre bônus em reais de 15 anos no mercado externo

O Tesouro Nacional realizou, no dia 5 de outubro, a reabertura do bônus *Global BRL 2022*. A reabertura, liderada pelos bancos Merrill Lynch e UBS, contou com a colaboração dos bancos Pactual e Itaú como *co-managers*, e visou conceder ao papel maior liquidez em suas negociações no mercado secundário, ampliando sua base de investidores. A operação envolveu a emissão de R\$ 650 milhões, aproximadamente US\$ 300 milhões, perfazendo volume de US\$ 1,05 bilhão do título em mercado, quando somados ao US\$ 750 milhões negociados na emissão original do bônus, em 6 de setembro de 2006. A liquidação da operação deu-se em 13 de outubro, mesmo dia em que os recursos em reais foram depositados na conta única do Tesouro Nacional.

O bônus foi vendido ao preço de 100,25% do seu valor de face, resultando em *yield* de 12,466% a.a.. O investidor receberá cupom de juros de 12,50% a.a., pagos semestralmente nos dias 5 de janeiro e 5 de julho de cada ano, sendo o pagamento efetuado em dólares. Na primeira emissão do *Global BRL 2022*, o título foi vendido ao preço de 97,563% do seu valor de face, proporcionando ao investidor uma *yield* de 12,875% a.a.. Houve, portanto, valorização no preço de negociação do bônus desde sua emissão, demonstrando a boa receptividade dos investidores estrangeiros aos títulos soberanos brasileiros denominados em real, uma vez que, ao adquirirem o título, acreditam na estabilidade da moeda brasileira.

Com a operação, o Tesouro Nacional reforça o *Global BRL 2022* como mais um *benchmark* na curva de juros externa em moeda local, que já possuía o bônus denominado em reais com vencimento em 10 anos, o *Global BRL 2016*, emitido em setembro de 2005. Da mesma forma, alonga-se a curva prefixada a um custo inferior àquele observado no mercado interno, respeitando assim a diretriz de realização de emissões qualitativas no âmbito do programa de financiamento da DPF para o biênio 2007-2008.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A6-B – Dívida Externa do Tesouro Nacional (incorpora juros nominais por competência)

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Setembro 2005/2006

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Setembro 2005/2006

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBEE – Comercializadora Brasileira de Energia Elétrica
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CPSS – Contribuição para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FND – Fundo Nacional de Desenvolvimento
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
Paes – Parcelamento Especial
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia
SRF – Secretaria da Receita Federal

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITR – Imposto Territorial Rural
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TDA – Títulos da Dívida Agrária
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Out/2005	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2006
I. RECEITA TOTAL	41.439,6	39.810,6	55.817,9	45.552,7	38.580,9	41.454,8	48.903,5	42.325,3	44.372,6	44.829,4	45.405,3	44.716,8	46.788,6
I.1. Receitas do Tesouro	32.627,2	30.660,0	40.231,3	37.276,2	29.132,5	32.110,6	39.502,4	32.633,5	34.590,3	34.969,2	35.271,5	34.186,8	36.352,6
I.1.1. Receita Bruta	34.343,8	31.686,2	41.021,4	37.702,7	29.521,9	32.569,3	39.933,0	33.058,7	36.138,0	36.658,8	36.092,2	36.163,2	38.145,5
- Impostos	13.925,0	13.609,0	20.015,8	14.559,7	12.736,0	13.790,1	16.445,7	12.872,0	17.842,7	14.240,0	13.873,6	15.378,2	15.900,2
- Contribuições	15.728,2	15.452,0	16.418,9	17.237,8	14.271,6	14.987,3	15.925,5	15.167,4	15.546,2	16.880,2	15.969,8	17.151,2	17.089,3
- Demais (1)	4.690,6	2.625,2	4.586,7	5.905,2	2.514,3	3.792,0	7.561,7	5.019,3	2.749,1	5.538,7	6.248,8	3.633,7	5.156,0
I.1.2. (-) Restituições	-1.716,6	-1.026,1	-783,1	-426,6	-389,3	-458,7	-430,5	-425,2	-1.547,7	-1.689,7	-820,7	-1.976,4	-1.792,9
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.699,0	9.044,1	15.486,6	8.203,7	9.318,6	9.193,9	9.280,9	9.573,3	9.655,5	9.734,0	10.020,3	10.419,9	10.314,5
I.3. Receitas do Banco Central	113,3	106,5	100,0	72,8	129,8	150,3	120,2	118,5	126,8	126,2	113,5	110,1	121,5
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.330,7	8.216,6	9.266,7	8.434,3	7.274,0	6.363,0	7.058,2	8.673,4	7.924,1	7.429,9	7.777,6	6.749,3	6.453,2
II.1. Transferências Constitucionais (IPI, IR e outras)	4.685,1	5.818,1	7.625,5	6.441,0	5.536,5	5.228,1	5.891,7	6.420,0	6.283,6	5.645,6	5.714,0	5.387,0	4.864,4
II.2. Lei Complementar 87/ Lei Complementar 115	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.3. Transferências da Cide	452,5	0,0	0,0	446,6	0,0	0,0	414,9	0,0	0,0	462,0	0,0	0,0	457,8
II.4. Demais	842,6	2.032,0	824,0	1.099,4	1.737,5	1.134,8	751,6	2.091,0	828,0	1.159,8	1.901,1	1.199,8	968,5
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	35.108,9	31.593,9	46.551,2	37.118,4	31.306,9	35.091,8	41.845,3	33.651,8	36.448,5	37.399,5	37.627,7	37.967,5	40.335,4
IV. DESPESA TOTAL	29.255,7	30.315,9	50.560,4	33.097,3	27.732,3	27.831,6	27.119,3	30.708,0	30.532,9	34.389,1	31.261,8	37.456,1	32.977,4
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	6.858,8	8.110,2	10.894,7	10.023,7	8.078,1	7.926,2	7.250,8	7.463,2	7.801,3	9.605,9	7.790,5	8.482,9	8.414,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.836,4	12.071,4	22.400,5	13.047,8	11.759,4	11.806,3	11.890,6	12.884,8	12.812,4	13.171,9	13.120,7	18.986,5	13.357,8
IV.3. Custeio e Capital	10.365,5	10.000,8	17.079,3	9.935,2	7.719,9	7.897,3	7.777,3	10.173,8	9.666,4	11.423,1	10.161,3	9.787,5	11.024,0
IV.3.1. Despesa do FAT	1.081,0	1.200,8	930,1	950,9	529,2	992,2	911,9	1.056,9	1.261,3	1.864,4	1.835,0	1.465,2	1.598,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (3)	1.531,4	553,7	3.235,2	2.199,6	421,7	30,9	355,2	596,8	519,4	745,0	233,3	-274,6	638,9
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (4)	837,5	840,9	848,3	850,9	852,5	862,2	868,6	1.010,2	1.015,0	1.021,9	1.028,4	1.026,9	1.030,1
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.915,6	7.405,4	12.065,6	5.933,9	5.916,5	6.012,0	5.641,5	7.509,8	6.870,7	7.791,8	7.064,6	7.570,0	7.756,2
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	55,9	15,9	34,5	1,5	67,0	55,9	63,7	56,3	53,0	57,0	53,5	50,1	52,8
IV.5. Despesas do Banco Central	139,2	117,5	151,5	89,0	107,9	145,9	137,0	130,0	199,8	131,2	135,8	149,2	127,9
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	5.853,2	1.278,0	-4.009,2	4.021,1	3.574,6	7.260,3	14.726,0	2.943,8	5.915,6	3.010,4	6.365,9	511,4	7.357,9
V.1. Tesouro Nacional	9.016,4	4.316,5	2.956,2	8.881,4	5.993,5	9.868,3	17.352,5	6.266,8	9.145,5	6.453,4	9.488,6	9.117,1	10.407,6
V.2. Previdência Social (RGPS) (5)	-3.137,4	-3.027,3	-6.913,8	-4.844,1	-2.440,8	-2.612,5	-2.609,7	-3.311,5	-3.156,8	-3.437,9	-3.100,4	-8.566,6	-3.043,3
V.3. Banco Central (6)	-25,8	-11,1	-51,6	-16,3	21,9	4,4	-16,8	-11,5	-73,1	-5,1	-22,3	-39,1	-6,4
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (7)	154,0	110,4	0,0	234,7	161,7	350,3	179,3	280,7	259,6	258,6	307,5	234,6	186,0
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	314,7	-1.042,3	-381,4	-945,3	-465,0	-1.996,1	1.406,5	-78,8	701,9	331,9	554,2	-681,4	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (8)	6.321,9	346,1	-4.390,6	3.310,5	3.271,3	5.614,5	16.311,9	3.145,7	6.877,2	3.601,0	7.227,6	64,6	nd
IX. JUROS NOMINAIS (8)	-11.479,2	-9.183,6	-8.855,6	-14.853,2	-9.075,5	-11.395,8	-11.892,0	-6.633,7	-13.196,2	-9.561,3	-12.964,8	-8.056,2	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8)	-5.157,3	-8.837,6	-13.246,2	-11.542,7	-5.804,2	-5.781,3	4.419,9	-3.487,9	-6.319,1	-5.960,4	-5.737,2	-7.991,5	nd
Memo:													
Parcela patronal da CPSS (1)	462,4	779,4	757,7	467,0	463,1	503,2	452,0	553,9	471,8	537,2	520,8	719,5	549,7
RMV (4)	154,0	152,4	151,1	149,9	148,6	147,5	146,8	169,2	167,7	166,1	164,2	162,4	160,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita de CPSS e da despesa de pessoal a parcela patronal da Contribuição para o Plano de Seguridade Social (CPSS) do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

(2) Lei Complementar nº 87/1996 (até 2003) e Auxílio Financeiro a Estados decorrente da Lei Complementar nº 115/2002 (de 2003 a 2006).

(3) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(4) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(5) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(6) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(7) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

(8) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Out/2005	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2006
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	38.160,8	44.240,0	62.315,5	33.817,6	42.099,5	41.710,1	41.830,1	47.217,4	46.993,6	43.988,0	46.982,5	47.837,8	46.237,0
I.1 - Recolhimento Bruto	27.085,0	33.041,1	43.897,5	23.205,2	30.712,6	29.496,2	30.395,9	35.178,0	33.124,7	31.663,0	35.052,4	33.934,5	32.811,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	-7,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.485,4	1.311,9	1.530,2	1.470,7	1.042,3	1.980,1	1.180,4	1.667,4	1.504,9	1.264,9	1.441,4	1.222,3	1.810,3
I.4 - Receita das Operações de Crédito	188,1	107,3	157,8	102,0	71,8	268,4	137,9	651,7	1.003,7	302,0	423,2	139,0	176,9
I.5 - Receita do Salário Educação	297,4	330,3	346,6	596,8	333,4	349,3	331,0	342,5	365,1	348,8	379,4	368,1	391,0
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	9.101,6	9.446,6	16.323,5	8.402,0	9.924,3	9.602,2	9.754,3	9.366,5	10.991,3	10.344,6	9.622,9	12.070,9	11.042,5
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	3,2	2,8	66,9	40,9	15,0	13,8	30,6	11,2	4,0	64,6	63,3	103,1	4,5
II. DESPESAS	42.385,6	50.038,4	56.790,7	48.187,2	39.881,2	37.319,4	47.395,9	47.444,3	49.230,4	54.402,2	49.315,3	47.710,1	48.902,1
II.1 - Liberações Vinculadas	7.730,6	10.119,2	10.288,4	10.599,4	7.925,4	6.735,9	10.202,4	10.106,3	9.688,1	8.696,7	9.469,7	8.198,9	8.356,3
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	4.989,2	6.555,3	8.103,6	6.864,1	5.900,4	5.571,9	6.278,8	6.844,7	6.697,0	6.016,0	6.088,8	5.735,2	5.179,9
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	1.007,6	1.481,8	461,3	889,9	1.343,1	536,8	820,5	1.524,9	531,0	1.023,1	1.597,0	584,1	1.322,5
II.1.3 - Lei Complementar 87/Lei Complementar 115	350,4	366,6	817,1	447,2	0,0	0,0	0,0	162,5	812,5	162,5	162,5	162,5	162,5
II.1.4 - Outras Vinculações	1.383,4	1.715,5	906,4	2.398,1	681,9	627,2	3.103,1	1.574,3	1.647,5	1.495,2	1.621,5	1.717,1	1.691,3
II.2 - Liberações Ordinárias	34.655,0	39.919,2	46.502,3	37.587,8	31.955,7	30.583,5	37.193,5	37.337,9	39.542,4	45.705,5	39.845,6	39.511,1	40.545,8
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	7.746,5	11.095,0	9.839,8	11.235,7	8.227,9	8.251,3	7.580,3	8.080,6	10.268,4	8.418,0	8.302,4	8.187,3	8.035,3
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	887,0	160,8	2.951,4	1.412,4	1.931,7	-66,6	1.263,5	173,4	2.001,3	2.426,3	2.486,7	2.902,1	-32,7
i) Dívida Contratual Interna	332,8	112,2	24,2	93,9	115,7	124,7	107,0	116,2	121,0	109,5	107,5	97,9	116,5
ii) Dívida Contratual Externa	554,2	48,6	2.927,2	1.318,5	1.816,0	-191,3	1.156,5	57,2	1.880,3	2.316,8	2.379,1	2.804,2	-149,3
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	6.494,3	4.513,8	3.260,2	8.806,1	3.509,6	4.507,0	8.712,1	9.614,7	6.794,4	13.237,0	5.921,1	4.245,2	10.450,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	11.667,7	15.960,5	18.164,9	11.051,3	11.319,3	11.962,4	12.742,1	12.524,3	12.289,7	12.606,0	15.208,9	16.704,5	12.944,1
II.2.5 - Custeio e Investimento	7.699,3	7.907,7	11.496,2	4.805,5	6.600,7	5.831,3	6.659,2	6.630,2	7.832,2	8.531,1	7.636,8	7.166,5	8.698,8
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	160,2	281,3	789,8	276,8	366,5	98,2	236,2	314,7	356,4	487,1	289,8	305,7	449,9
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	-4.224,8	-5.798,4	5.524,8	-14.369,6	2.218,3	4.390,7	-5.565,8	-226,9	-2.236,9	-10.414,2	-2.332,8	127,8	-2.665,2
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	35.339,3	39.448,4	27.466,6	51.235,8	30.904,7	17.576,8	18.086,6	19.593,2	36.752,3	43.352,2	30.297,8	31.252,8	41.246,8
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	34.727,6	38.781,0	26.528,7	50.547,0	29.716,0	16.763,0	17.522,9	18.350,5	35.796,4	42.757,3	29.200,3	30.709,8	40.655,4
IV.2 - Outras Operações de Crédito	611,7	667,5	937,9	688,7	1.188,7	813,8	563,7	1.242,7	955,9	594,9	1.097,5	543,0	591,4
V. DESPESAS	31.313,0	18.316,2	18.022,1	40.953,0	15.575,9	15.370,0	48.384,4	26.146,8	25.607,1	48.117,1	11.278,8	15.416,8	38.095,4
V.1 - Amortização da Dívida Interna	31.178,3	18.153,3	15.240,5	36.603,0	10.344,8	12.278,6	34.060,9	25.904,1	23.809,3	43.960,7	10.516,8	13.362,2	36.559,4
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	30.930,9	18.043,8	15.035,7	36.512,5	10.226,2	12.161,2	33.936,9	25.784,8	23.670,2	43.845,8	10.401,7	13.252,3	36.435,1
V.1.2 - Dívida Contratual	247,5	109,5	204,8	90,5	118,6	117,4	124,0	119,3	139,1	114,9	115,1	109,9	124,3
V.2 - Amortização da Dívida Externa	134,6	162,9	2.781,6	4.350,0	5.231,1	3.091,4	14.323,5	242,8	1.797,7	4.156,4	762,0	2.054,7	1.536,0
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	3.796,8	20.737,2	11.493,0	14.034,5	19.489,8	4.601,8	-16.414,0	-7.434,3	12.126,2	-1.088,5	18.798,6	17.457,5	4.220,3
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	-3.197,7	12.307,1	-20.329,7	-1.779,0	20.000,8	9.758,2	-49.011,0	-28.809,8	36.565,5	-25.371,8	10.174,2	27.228,9	-2.278,7

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Out/2005	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2006
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	28.818,7	5.373,2	12.200,9	2.687,9	7.353,6	3.760,9	14.849,6	8.268,6	41.240,1	20.037,3	10.768,1	17.340,5	22.485,1
I.1. Emissão de Títulos	26.309,3	3.046,9	8.450,2	0,0	5.469,5	0,0	12.334,4	5.159,5	39.356,3	18.295,9	8.971,2	14.624,1	20.608,2
I.2. Remuneração das Disponibilidades	2.433,6	2.227,6	3.717,9	2.576,0	1.707,5	2.516,6	2.419,6	2.976,6	1.797,7	1.609,4	1.694,4	2.661,4	1.794,0
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	75,9	98,7	32,8	111,9	176,7	219,4	95,7	132,4	86,1	132,0	102,5	55,0	82,8
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1.024,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	31.818,0	8.400,0	47.500,0	380,0	4.900,0	600,0	27.997,1	30.297,9	13.583,0	30.230,0	17.280,0	6.075,3	25.250,0
II.1. Resgate de Títulos	28.234,2	6.400,0	41.642,2	0,0	4.000,0	500,0	22.998,1	23.000,0	10.035,5	24.706,2	13.200,0	4.300,0	20.650,0
II.2. Encargos da DPMF	3.583,7	2.000,0	5.857,8	380,0	900,0	100,0	4.999,0	7.297,9	3.547,5	5.523,8	4.080,0	1.775,3	4.600,0
III. RESULTADO (I - II)	-2.999,2	-3.026,8	-35.299,1	2.307,9	2.453,6	3.160,9	-13.147,4	-22.029,3	27.657,1	-10.192,7	-6.511,9	11.265,2	-2.764,9

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Out/2005	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2006
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	1,2	15,6	54,1	16,5	17,4	0,0	25,9	10,6	16,2	16,3	15,0	18,9	22,7
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	0,1	4,2	0,3	106,9	193,5	0,0	0,1	0,1	0,1	3,5	21,8	0,1	0,4
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	215,5	154,4	291,4	84,9	50,9	54,6	100,8	198,0	60,6	194,1	-6,0	190,9	94,1
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,0	0,8	0,5	0,4	0,4	0,0	0,5	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	214,5	118,4	243,6	24,4	-7,1	-5,6	0,0	157,5	15,2	148,8	-60,8	98,7	41,9
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	35,2	47,3	60,1	57,7	60,2	100,3	40,3	45,2	45,2	54,7	92,0	52,0
IV. PRONAF	-14,6	27,2	219,6	41,2	23,8	-194,0	41,8	86,6	41,3	134,8	68,8	94,2	213,2
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	-4,1	50,8	132,7	45,7	33,3	0,0	63,4	41,3	40,3	137,9	70,0	63,7	167,8
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	-10,5	-23,5	86,9	-4,5	-9,5	-194,0	-21,6	45,3	1,0	-3,2	-1,2	30,5	45,4
V. PROEX	48,8	76,6	124,2	-33,3	24,5	-12,4	-33,6	22,7	91,0	219,6	-63,7	6,9	47,5
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	28,8	23,7	146,7	0,0	10,2	18,9	27,1	18,5	1,6	151,8	20,2	24,4	26,2
V.2. Concessão de Financiamento (1)	20,0	52,9	-22,5	-33,3	14,3	-31,3	-60,8	4,2	89,5	67,8	-83,8	-17,4	21,3
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	92,4	17,9	295,7	78,4	26,8	7,0	19,2	11,7	90,3	20,2	8,7	5,1	8,5
VII. CACAU	0,0	0,0	1,2	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	90,7	0,0	0,0	0,0	3,0	3,4	0,0	142,4	82,6	47,3	6,1	0,0	0,0
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	884,4	11,6	1.803,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	107,9	81,7	137,5	-1,2	50,7	31,3	2,2	0,1	21,4	58,7	9,9	54,1	93,0
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-53,6	-40,3	95,8	-51,6	-40,0	-37,7	-58,4	-52,8	-51,3	-53,4	-50,5	-821,1	-8,0
XII. TOTAL	1.372,9	349,0	3.023,0	241,8	351,3	-147,8	98,0	419,6	352,3	641,2	10,1	-450,9	471,4

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Out/2005	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2006
I. DÍVIDA INTERNA	321.803,5	347.743,5	368.677,7	362.167,0	390.491,4	401.597,3	377.525,1	377.172,3	390.756,5	379.175,7	408.959,3	427.842,0	428.584,8
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3
Dívida Bancária	24.874,5	24.840,5	24.773,2	24.713,3	24.659,7	24.578,6	24.539,3	24.456,3	24.379,3	24.326,5	24.257,2	24.203,8	24.136,1
INSS	-17.193,2	-17.301,5	-17.358,6	-17.370,8	-17.495,9	-17.485,4	-17.406,7	-17.410,2	-17.476,3	-17.593,4	-17.623,3	-17.695,6	-17.738,0
Lei 7.976/89	-6.090,7	-5.782,3	-5.771,4	-5.484,3	-5.303,0	-5.319,4	-5.130,1	-5.473,0	-4.874,4	-4.136,1	-3.508,9	-3.523,6	-3.469,3
Bônus Renegociação	-12.391,3	-12.090,3	-12.607,6	-11.928,3	-11.466,7	-11.649,4	-10.899,5	-11.867,1	-11.031,4	-11.008,5	-10.772,9	-10.779,3	-10.289,3
Lei 8.727/93	-47.816,7	-47.819,0	-47.718,8	-47.628,4	-47.609,3	-47.461,0	-47.400,6	-47.231,6	-47.132,8	-47.091,7	-47.002,8	-46.943,6	-46.847,4
Lei 9.496/97	-247.733,0	-249.789,4	-251.041,4	-251.714,6	-253.923,7	-253.805,8	-253.339,5	-253.675,7	-254.972,7	-257.106,3	-257.867,6	-259.369,8	-260.068,3
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-37.533,2	-37.871,6	-38.081,7	-38.250,2	-38.779,7	-38.718,7	-38.793,3	-38.776,7	-39.001,8	-39.402,2	-39.592,8	-39.960,3	-40.006,7
Recebíveis das Estatais	-37.208,3	-37.262,2	-37.809,1	-36.317,6	-36.224,0	-36.414,6	-36.152,0	-35.154,0	-35.017,8	-37.534,8	-35.982,0	-36.177,2	-35.514,0
Outros	-43.159,0	-43.566,2	-43.693,1	-43.582,2	-43.154,1	-43.054,3	-42.845,8	-42.061,8	-42.079,5	-42.265,0	-41.717,3	-41.833,3	-41.919,8
Fat	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9
Demais Entidades	-45.903,5	-46.479,0	-47.092,7	-46.942,8	-47.563,7	-47.783,8	-48.015,3	-48.762,4	-49.559,7	-50.676,1	-51.254,7	-51.900,2	-52.656,9
Créditos das Operações Oficiais	-13.458,8	-13.438,2	-14.471,1	-14.207,3	-14.023,3	-13.948,0	-13.635,4	-14.086,9	-13.125,3	-13.368,0	-13.041,3	-13.242,2	-13.245,3
Arrecadação a Recolher	-11.370,5	-7.239,0	-22,0	-11.647,0	-8.118,8	-7.286,0	-13.119,0	-7.341,5	-8.504,0	-11.216,0	-7.564,0	-8.218,4	-11.590,6
II. DÍVIDA EXTERNA (*)	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5
Dívida Mobiliária	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9
Títulos Depositados em Garantias	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Contratual	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3
Disponibilidades	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	488.121,7	511.020,9	542.469,9	524.824,7	542.701,5	553.320,3	513.238,6	529.245,2	530.685,4	519.807,9	544.618,1	566.801,5	566.393,3
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	25,6%	26,6%	28,0%	26,9%	27,6%	28,0%	25,9%	26,5%	26,5%	25,7%	26,8%	27,701%	27,481%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver Tabela A6-B.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Out/2005	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2006
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	136.989,7	134.926,1	144.155,9	134.383,7	126.618,2	126.066,1	108.177,7	119.587,7	108.906,2	109.458,9	105.997,2	109.073,5	108.361,9
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	16.222,4	15.882,0	16.844,2	15.796,1	14.834,8	14.535,2	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6
Brazil Investment Bond (BIB)	558,5	546,8	579,9	549,0	529,1	504,6	485,3	534,3	502,7	505,5	496,8	471,3	464,6
Par Bond (PB)	3.355,6	3.285,2	3.484,2	3.147,9	2.830,7	2.465,4	-	-	-	-	-	-	-
Discount Bond (DB)	2.898,9	2.838,1	3.010,0	2.849,7	2.746,1	2.685,5	-	-	-	-	-	-	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	736,9	721,5	765,2	724,4	659,9	671,3	-	-	-	-	-	-	-
Debt Conversion Bond (DCB)	6.472,6	6.336,8	6.720,7	6.362,7	6.034,2	6.138,5	-	-	-	-	-	-	-
New Money Bond (NMB)	1.643,8	1.609,3	1.706,8	1.615,8	1.508,0	1.534,1	-	-	-	-	-	-	-
Eligible Interest (EI)	556,1	544,4	577,4	546,7	526,8	535,9	-	-	-	-	-	-	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	120.767,2	119.044,0	127.311,7	118.587,5	111.783,4	111.530,9	107.692,4	119.053,4	108.403,5	108.953,5	105.500,4	108.602,2	107.897,3
A-Bond	10.163,7	9.950,4	10.553,2	9.991,0	9.628,1	9.794,4	9.419,3	10.372,0	9.757,9	9.811,6	9.642,9	9.802,5	9.661,9
Euro 2006	1.859,0	1.790,5	1.905,1	1.856,8	1.688,8	1.681,1	1.643,5	1.882,3	1.735,9	1.774,0	1.740,7	1.700,1	1.734,5
Euro 2007	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.686,1	1.698,0	1.660,1	1.901,3	1.734,3	1.740,7	1.689,3	1.700,1	1.686,5
Euro 2009	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8	1.316,4	1.286,9	1.473,9	1.249,3	1.253,9	886,2	891,9	884,7
Euro 2010	2.026,5	1.951,9	2.076,8	2.024,1	1.775,0	1.811,3	1.770,8	2.028,1	1.763,8	1.770,3	1.483,6	1.493,1	1.481,2
Euro 2011	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.778,4	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5
Euro 2012	2.702,0	2.602,5	2.769,0	2.698,9	2.535,7	2.632,7	2.573,9	2.947,9	2.778,4	2.778,4	2.740,0	2.757,5	2.735,5
Euro 2015	1.351,0	1.301,2	1.384,5	1.349,4	1.267,8	1.316,4	1.286,9	1.473,9	1.249,3	1.253,9	886,2	891,9	884,7
Euro libra 2007	598,2	572,8	603,3	592,9	558,8	565,9	571,5	645,0	600,1	609,9	573,6	573,0	575,7
Euro lira 2017	1.046,6	1.008,0	1.072,5	1.045,3	982,1	1.019,7	996,9	1.141,8	1.072,2	1.076,1	1.061,3	1.068,1	1.059,5
Global 2006	3.381,5	3.310,5	3.511,1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Global 2007	5.635,8	5.517,5	5.851,8	4.844,2	3.873,2	3.554,3	3.418,2	3.763,9	3.370,6	3.389,1	3.277,0	3.331,3	3.283,5
Global 2008	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.073,8	4.248,0	3.805,6	3.659,9	4.030,0	3.574,8	3.594,4	3.414,0	3.470,5	3.420,7
Global 2009	6.199,3	6.069,3	6.436,9	5.849,1	4.961,6	4.282,7	4.118,7	4.535,3	3.468,9	3.488,0	3.067,1	3.117,9	3.073,1
Global 2010	5.635,8	5.517,5	5.851,8	5.382,7	4.765,8	4.564,7	4.389,9	4.833,9	3.836,7	3.836,7	3.379,0	3.434,9	3.385,6
Global 2011	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.369,0	2.382,0	2.341,1	2.379,9	2.345,7
Global 2012	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.611,4	2.625,8	2.580,6	2.623,3	2.585,7
Global 2013	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.697,6	2.712,5	2.665,9	2.710,0	2.671,1
Global 2014	2.817,9	2.758,8	2.925,9	2.770,0	2.669,4	2.715,5	2.611,5	2.875,6	2.540,0	2.554,0	2.510,1	2.551,7	2.515,0
Global 2015	3.606,9	4.634,7	4.915,5	4.653,6	4.484,6	4.562,0	4.387,3	4.831,1	4.545,0	4.570,0	4.491,5	4.565,8	4.500,3
Global 2019	3.381,5	3.310,5	3.511,1	3.324,0	3.203,3	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.246,5	3.264,3	3.208,2	3.261,3	3.214,5
Global 2020	2.254,3	2.207,0	2.340,7	2.216,0	2.135,5	2.172,4	2.089,2	2.300,5	1.664,2	1.673,4	1.625,6	1.652,5	1.628,8
Global 2024	6.705,9	6.565,2	6.962,9	6.591,9	6.352,5	6.462,2	6.214,7	6.843,3	6.294,8	6.329,4	5.990,9	6.090,1	6.002,7
Global 2025	5.072,2	4.965,8	5.266,6	4.986,0	4.804,9	4.887,9	4.700,7	5.176,1	4.869,7	4.896,5	4.812,3	4.892,0	4.821,8
Global 2027	7.890,1	7.724,5	8.192,5	7.756,0	7.474,3	7.603,4	7.312,2	8.051,8	7.539,0	7.580,5	7.348,4	7.470,1	7.362,9
Global 2030	3.606,9	3.531,2	3.745,1	3.545,6	3.416,8	3.475,8	3.342,7	3.680,8	2.928,1	2.944,2	2.174,5	2.210,5	2.178,8
Global 2034	4.508,6	4.414,0	5.851,8	5.540,0	5.338,8	5.431,0	5.223,0	5.751,3	5.838,9	5.871,0	5.770,1	5.865,6	5.781,4
Global 2037	-	-	-	2.216,0	2.135,5	3.258,6	3.133,8	3.450,8	3.264,3	3.264,3	4.277,7	4.348,5	4.286,1
Global 2040	11.626,1	11.382,2	12.071,7	11.428,6	11.013,4	11.203,7	10.774,7	11.864,4	11.162,0	11.223,3	11.030,5	11.213,0	11.052,1
Global BRL 2016	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0	3.400,0
Global BRL 2022	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.600,0	2.250,0
Marco Alemão 2007	1.381,5	1.330,6	1.415,8	1.379,9	1.283,5	1.320,5	1.291,0	1.478,6	1.342,9	1.347,9	1.288,7	1.296,9	1.286,6
Marco Alemão 2008	1.036,1	998,0	1.061,8	1.034,9	972,4	938,0	917,0	1.050,3	949,9	953,4	915,1	921,0	913,6
Samurai 2006	1.162,0	1.105,8	1.189,2	1.137,6	1.095,1	-	-	-	-	-	-	-	-
Samurai 2007	1.549,3	1.474,4	1.585,6	1.516,8	1.460,2	1.228,8	1.183,7	1.360,0	1.232,2	1.236,9	1.187,3	1.198,9	1.193,8
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.254,6	-3.210,7	-3.524,8	-3.291,8	-3.209,5	-3.030,3	-	-	-	-	-	-	-
III. DÍVIDA CONTRATUAL	32.932,0	32.016,8	33.472,7	31.888,8	29.145,3	28.995,2	27.855,7	32.854,9	31.335,2	31.501,8	29.962,1	30.183,0	29.785,3
IV. DISPONÍB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7
V. TOTAL (I+II+III+IV) (*)	166.318,2	163.277,4	173.792,1	162.657,8	152.210,1	151.723,0	135.713,5	152.072,9	139.928,8	140.632,3	135.658,8	138.959,5	137.808,5
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	8,7%	8,5%	9,0%	8,3%	7,7%	7,7%	6,8%	7,6%	7,0%	7,0%	6,7%	6,8%	6,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

(*) Não incorpora juros nominais apropriados por competência. Ver tabela A6-B.

TABELA A6-B - DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL
(incorpora juros nominais por competência)

R\$ milhões

	Out/2006
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	111.264,3
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	468,2
Brazil Investment Bond (BIB)	468,2
Par Bond (PB)	-
Discount Bond (DB)	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	-
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	-
Debt Conversion Bond (DCB)	-
New Money Bond (NMB)	-
Eligible Interest (EI)	-
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	110.796,1
A-Bond	9.889,5
Euro 2006	1.942,7
Euro 2007	1.698,1
Euro 2009	943,8
Euro 2010	1.602,1
Euro 2011	2.935,6
Euro 2012	2.759,4
Euro 2015	2.308,6
Eurolibra 2007	590,2
Eurolira 2017	1.100,0
Global 2006	-
Global 2007	3.380,3
Global 2008	3.454,0
Global 2009	3.093,9
Global 2010	3.396,3
Global 2011	2.400,4
Global 2012	2.672,6
Global 2013	2.773,0
Global 2014	2.593,5
Global 2015	4.553,5
Global 2019	3.228,0
Global 2020	1.690,0
Global 2024	6.026,4
Global 2025	4.923,7
Global 2027	7.706,6
Global 2030	2.219,6
Global 2034	5.915,3
Global 2037	4.371,8
Global 2040	11.302,1
Global BRL 2016	3.536,9
Global BRL 2022	2.287,5
Marco Alemão 2007	1.356,6
Marco Alemão 2008	947,0
Samurai 2006	-
Samurai 2007	1.197,1
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	0,0
III. DÍVIDA CONTRATUAL	30.177,1
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-338,7
V. TOTAL (I+II+III+IV)	141.102,8
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA / PIB	6,8%

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Out/2005	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2006
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.240.924,8	1.268.769,5	1.256.713,1	1.277.259,7	1.306.117,6	1.320.442,6	1.290.097,5	1.265.730,9	1.310.777,0	1.299.896,0	1.319.709,0	1.355.232,1	1.359.034,0
I. Dívida em Mercado	930.355,7	956.421,2	976.439,1	982.866,4	1.009.078,9	1.019.526,7	1.002.197,1	997.516,6	1.014.742,4	1.012.716,4	1.037.378,9	1.060.426,7	1.065.957,3
Dívida Securitizada	20.307,2	19.797,2	18.084,3	17.754,7	17.843,1	17.904,9	17.936,4	16.894,7	16.713,3	18.886,9	19.146,4	19.612,3	19.218,5
TDA	3.297,4	3.437,1	3.447,5	3.431,9	3.425,5	3.406,5	3.398,0	3.672,4	3.668,0	3.720,7	3.817,1	3.893,0	4.139,1
LTN	220.973,3	248.998,3	263.451,3	253.193,1	269.680,5	280.714,9	262.579,3	279.637,2	302.728,8	290.264,9	307.240,8	325.838,8	323.311,3
LFT	516.796,6	505.983,8	497.907,6	478.615,0	467.995,3	457.330,2	453.761,8	431.609,7	423.680,6	429.436,7	433.295,8	432.052,3	430.682,0
LFT-A	3.982,7	3.997,7	4.016,0	3.816,0	3.820,4	3.834,4	3.835,2	3.843,3	3.847,2	3.850,1	3.855,9	3.853,5	3.852,1
LFT-B	3.188,3	3.062,2	2.704,3	2.335,4	2.295,1	2.265,6	2.230,3	2.189,5	2.139,1	2.111,5	1.938,2	1.908,1	1.435,2
NTN-A	9.901,9	9.721,6	10.335,8	9.816,6	9.489,7	9.642,4	9.137,8	10.088,1	9.520,7	9.600,5	9.464,8	9.608,3	9.332,1
NTN-B	42.426,4	50.600,5	73.824,5	112.268,4	131.443,9	142.531,3	147.028,3	144.793,5	145.718,5	148.123,0	149.657,6	153.724,3	160.877,6
NTN-C	75.261,8	76.183,1	66.993,8	66.132,0	65.940,2	65.042,1	64.137,0	64.805,5	65.688,2	64.774,5	64.991,4	65.438,3	65.401,7
NTN-D	4.912,0	4.865,3	5.206,3	4.913,2	4.570,1	3.736,1	3.636,7	4.039,3	3.849,8	3.831,3	3.810,5	1.297,4	1.294,3
NTN-F	8.631,8	9.172,9	9.615,4	9.996,2	12.521,9	13.068,1	14.996,8	16.179,3	17.386,3	18.304,3	20.493,5	23.546,5	26.841,3
NTN-I	1.516,5	1.492,1	1.665,7	1.520,2	1.472,7	1.489,9	1.434,8	1.513,3	1.542,2	1.547,6	1.462,6	1.446,9	1.428,6
NTN-P	3.049,0	3.073,4	3.095,4	3.117,7	3.135,2	3.198,0	3.216,4	3.238,2	3.260,2	3.282,0	3.305,8	3.327,0	3.349,4
CFT-A	10.191,5	10.127,2	10.037,5	9.968,9	9.503,1	9.395,4	9.037,5	8.952,8	8.922,3	8.882,1	8.831,9	8.781,6	8.725,9
CFT-D	2.063,5	2.012,9	2.127,2	2.006,5	1.926,2	1.952,4	1.870,5	2.052,0	1.923,0	1.926,2	1.885,7	1.909,3	1.874,6
Demais	3.855,8	3.895,9	3.926,5	3.980,7	4.015,8	4.014,5	3.960,4	4.007,7	4.154,2	4.174,0	4.180,9	4.189,4	4.193,6
II. Dívida com BACEN	310.569,1	312.348,3	280.274,0	294.393,4	297.038,7	300.915,9	287.900,4	268.214,3	296.034,6	287.179,6	282.330,1	294.805,4	293.076,7
LTN	142.971,0	151.197,2	119.221,6	133.989,0	141.197,9	143.194,1	137.320,6	144.417,3	162.171,7	149.555,6	153.996,4	163.172,8	152.617,1
LFT	123.787,2	117.912,6	120.035,6	121.226,2	121.408,9	122.668,1	117.160,9	89.866,1	93.900,8	97.003,5	89.470,4	84.887,0	87.838,8
NTN-D	27.877,0	27.269,5	24.966,9	23.683,3	19.034,4	19.512,2	18.958,9	19.404,6	18.023,2	18.088,2	17.765,2	17.841,1	17.751,7
Demais	15.933,8	15.969,0	16.050,0	15.494,9	15.397,5	15.541,5	14.460,1	14.526,3	21.938,9	22.532,2	21.098,1	28.904,5	34.869,1
Dívida em Mercado/PIB	48,7%	49,7%	50,4%	50,4%	51,4%	51,5%	50,5%	50,0%	50,6%	50,2%	51,0%	51,8%	51,7%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Out/2005	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out/2006
I. INTERNA	-159.472,0	-161.358,6	-163.959,7	-167.282,0	-167.148,9	-167.365,5	-170.489,3	-171.722,1	-175.149,1	-177.145,3	-178.003,8	-179.045,3	-180.819,8
Dívida contratual	269,9	266,7	256,3	305,7	232,5	234,8	217,8	239,7	236,9	226,5	222,6	224,7	213,4
FAT	-113.568,4	-114.879,6	-116.867,0	-120.339,1	-119.585,2	-119.581,7	-122.474,0	-122.959,7	-125.589,4	-126.469,2	-126.749,1	-127.145,1	-128.162,9
Aplicações financeiras	-4.276,0	-4.235,3	-4.034,9	-4.122,6	-4.164,8	-4.326,2	-4.347,1	-4.493,0	-4.578,6	-4.569,5	-4.591,6	-4.682,2	-4.744,5
Fundos Regionais	-27.703,6	-28.008,5	-28.603,3	-28.743,2	-29.246,8	-29.633,7	-29.944,1	-30.401,3	-30.834,2	-31.299,7	-31.640,5	-31.985,3	-32.328,7
Demais	-14.193,8	-14.501,9	-14.710,7	-14.382,7	-14.384,6	-14.058,6	-13.941,9	-14.107,8	-14.383,8	-15.033,4	-15.245,2	-15.457,3	-15.797,1
II. EXTERNA	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7
Disponibilidades	-348,9	-454,9	-311,7	-323,0	-343,9	-308,0	-319,9	-369,8	-312,6	-328,4	-300,5	-297,1	-338,7
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-159.820,8	-161.813,5	-164.271,4	-167.604,9	-167.492,8	-167.673,5	-170.809,2	-172.091,9	-175.461,7	-177.473,7	-178.304,3	-179.342,4	-181.158,4
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,4%	-8,4%	-8,5%	-8,6%	-8,5%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,8%	-8,8%	-8,8%	-8,8%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ OUTUBRO 2005/2006 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	1.014.131,9	562.063,5	374.530,2	372.283,5	33.776,8	969.423,9	678.353,0	600.318,7	482.104,1	475.987,8	122.365,2
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.300,0	1.778,2	1.377,9	1.373,5	14,4	2.923,5	2.901,0	2.298,2	2.013,9	2.013,5	41,6
Advocacia-Geral da União	89.808,2	68.394,7	49.679,1	49.426,4	5.104,4	82.373,3	82.283,0	74.165,9	62.599,8	54.681,5	16.168,3
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	811.858,7	514.801,9	414.548,5	396.200,9	77.410,5	788.617,5	677.871,0	553.606,9	437.314,2	408.371,3	78.168,7
Ministério da Ciência e Tecnologia	2.535.310,3	1.774.236,3	1.416.547,9	1.152.955,5	292.689,4	2.304.095,0	1.943.489,0	1.465.930,7	1.245.255,4	1.078.658,1	279.557,5
Ministério da Fazenda	1.881.219,6	1.476.658,8	1.289.141,3	1.283.506,3	51.121,1	1.943.422,7	1.783.359,0	1.524.597,7	1.407.485,2	1.402.956,6	54.575,1
Ministério da Educação	7.085.204,1	5.361.801,6	4.028.246,2	3.828.638,6	831.316,7	6.893.813,6	6.770.369,0	5.373.704,2	4.132.143,9	3.917.444,2	823.655,3
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	485.323,2	361.283,3	309.293,1	308.986,4	19.034,7	461.652,4	389.687,0	358.348,3	331.586,7	331.415,9	19.453,7
Ministério da Justiça	1.055.734,4	639.731,1	522.765,4	519.310,9	99.462,0	872.153,2	743.093,0	578.177,1	516.259,9	513.626,5	133.343,1
Ministério de Minas e Energia	672.501,2	294.605,9	221.868,5	220.606,6	19.128,6	517.368,0	408.077,0	283.542,1	217.911,7	214.442,6	48.285,0
Ministério da Previdência Social	1.335.373,9	977.628,7	851.502,1	807.215,7	194.091,9	897.843,6	779.346,0	718.839,5	601.464,4	582.271,0	103.671,4
Ministério das Relações Exteriores	1.128.162,5	649.642,6	612.125,9	611.227,9	81.129,7	880.975,7	694.827,0	492.259,7	466.922,1	465.903,5	86.028,6
Ministério da Saúde	31.271.752,1	27.374.433,1	24.011.151,9	23.914.015,0	1.404.967,4	33.405.746,8	32.461.914,0	28.522.601,5	25.259.924,9	25.131.056,0	1.273.822,6
Ministério do Trabalho e Emprego	788.798,6	527.110,4	381.114,4	373.509,8	42.419,7	781.148,9	464.635,0	421.660,6	311.246,1	310.426,1	101.451,5
Ministério dos Transportes	692.243,4	429.783,7	305.783,1	298.111,3	69.364,2	854.073,3	547.415,0	410.180,5	303.196,2	297.165,9	63.369,0
Ministério das Comunicações	702.868,9	260.079,8	176.546,5	173.361,2	49.028,4	353.787,7	284.746,0	214.980,7	159.757,2	159.726,9	30.911,9
Ministério da Cultura	365.025,1	210.594,8	164.331,9	162.496,3	51.874,8	399.946,5	296.651,0	221.865,2	158.396,0	148.899,8	92.330,4
Ministério do Meio Ambiente	500.060,8	325.969,6	240.302,2	238.659,2	54.320,7	399.879,6	363.144,0	283.094,8	227.583,2	226.437,2	56.066,2
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	451.457,6	274.553,6	206.689,8	202.438,9	37.977,7	557.138,9	371.668,0	358.305,1	273.126,6	267.666,3	64.549,3
Ministério do Desenvolvimento Agrário	702.437,8	408.081,0	282.958,0	278.672,9	88.862,6	655.031,0	580.727,0	484.182,8	339.145,0	334.632,2	92.461,4
Ministério do Esporte	143.804,9	95.713,2	62.424,7	61.123,4	12.218,8	412.565,5	259.900,0	228.412,4	77.033,4	76.832,2	53.255,6
Ministério da Defesa	4.158.738,5	3.151.899,7	2.421.359,7	2.315.808,4	516.753,3	3.939.396,7	3.482.086,0	2.783.514,0	2.090.468,1	2.019.432,3	460.962,0
Ministério da Integração Nacional	310.521,0	175.318,9	104.007,6	100.905,3	36.241,0	298.683,3	193.104,0	171.094,3	111.519,8	110.121,8	59.987,3
Ministério do Turismo	356.012,2	187.355,0	122.930,1	122.648,8	47.991,7	357.953,3	253.830,0	235.633,1	191.975,4	191.862,5	40.269,7
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	6.111.510,9	5.380.663,7	4.993.604,6	4.983.840,7	182.671,5	10.226.806,7	9.859.565,0	8.054.591,8	7.564.568,2	7.548.151,3	85.740,3
Ministério das Cidades	407.096,1	305.071,7	185.219,5	179.918,5	25.110,6	402.651,9	313.862,0	272.754,6	212.496,6	201.783,7	51.253,1
Encargos Financeiros da União	162.557,7	119.610,5	68.688,8	63.291,7	-	340.785,8	330.396,0	279.352,3	241.293,9	198.116,5	29.809,1
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	1.048.740,6	146.035,1	87.460,7	87.460,7	18.366,2	47.650,1	47.552,0	42.424,0	42.347,2	42.347,2	20.110,6
Operações Oficiais de Crédito	123.443,6	123.328,2	89.930,1	89.867,0	-	56.672,2	53.740,0	53.662,8	33.788,8	30.871,6	-
TOTAL	66.393.997,7	52.178.228,5	43.996.129,4	43.197.861,1	4.342.448,5	70.104.580,6	65.118.590,0	55.064.099,2	47.500.927,5	46.743.302,0	4.341.663,4

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos).

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ OUTUBRO 2005/2006 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2005					2006					
	Dotação autorizada no ano	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
				Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	140.289,2	21.685,4	12.874,6	12.113,9	37.773,3	114.775,2	76.672,0	28.302,8	15.956,1	15.291,7	37.558,0
Gabinete da Vice-Presidência da República	200,0	3,6	3,6	3,6	-	0,7	1,0	0,5	0,5	0,5	-
Advocacia-Geral da União	8.221,1	2.613,8	1.427,0	769,3	11.219,2	2.926,7	2.927,0	1.638,5	481,7	421,5	4.002,9
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	355.204,6	58.616,6	12.369,6	9.854,2	64.789,6	442.448,7	199.120,0	145.872,0	30.302,9	12.578,4	134.040,1
Ministério da Ciência e Tecnologia	656.413,6	186.289,2	111.292,2	73.834,1	54.681,8	1.009.144,9	616.888,0	350.861,9	207.173,0	108.325,9	136.158,9
Ministério da Fazenda (3)	527.463,3	200.214,1	58.843,0	56.700,6	10.366,6	392.280,9	286.319,0	120.572,8	24.910,6	24.716,6	108.725,4
Ministério da Educação	974.728,3	272.245,0	140.147,9	135.481,9	161.717,8	1.180.683,6	895.682,0	384.085,1	170.816,5	156.841,1	562.947,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	104.957,5	11.743,8	6.541,3	6.541,3	76.205,5	93.856,1	46.907,0	27.578,5	6.446,0	6.442,1	20.497,5
Ministério da Justiça	672.633,1	244.134,1	79.917,8	62.943,0	159.823,8	609.148,4	467.956,0	170.779,9	38.959,2	37.617,4	214.045,8
Ministério de Minas e Energia	39.743,5	6.218,6	5.404,9	5.384,5	7.013,7	47.982,7	43.938,0	16.545,3	5.558,6	5.411,9	3.346,3
Ministério da Previdência Social	194.575,6	66.322,3	4.410,8	2.280,0	21.101,0	292.164,3	202.475,0	23.995,4	2.100,5	1.031,2	49.662,8
Ministério das Relações Exteriores	69.801,8	17.724,7	15.073,0	15.072,9	1.067,1	39.506,4	39.131,0	9.203,4	8.099,6	8.099,6	2.901,9
Ministério da Saúde	2.690.451,8	775.930,1	176.089,6	165.709,5	664.317,8	3.297.792,0	2.689.150,0	1.313.588,6	237.081,1	214.652,9	955.812,0
Ministério do Trabalho e Emprego	29.548,6	15.697,1	10.844,0	10.017,6	5.142,5	24.908,4	24.615,0	4.875,3	3.550,9	3.467,2	7.888,9
Ministério dos Transportes	6.297.540,3	3.071.409,4	1.335.109,7	1.175.411,7	846.725,6	4.792.800,3	3.712.513,0	3.073.192,7	774.273,5	644.406,8	2.153.850,6
Ministério das Comunicações	151.300,8	30.149,6	4.974,7	4.974,7	13.831,3	109.960,6	83.836,0	8.782,2	5.358,0	1.866,0	21.190,9
Ministério da Cultura	137.988,4	42.757,8	17.375,6	15.722,2	20.345,8	134.085,3	92.418,0	76.724,5	12.729,7	10.203,8	26.436,4
Ministério do Meio Ambiente	116.281,6	16.462,4	8.350,4	8.287,9	11.787,6	94.119,4	62.390,0	18.259,4	4.307,9	3.769,5	26.139,4
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	21.238,8	2.855,9	1.830,4	1.807,2	13.309,1	64.334,7	47.641,0	35.397,1	14.635,5	14.446,6	7.257,1
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.231.897,4	849.327,3	724.662,8	724.282,1	181.223,5	1.673.434,3	1.474.748,0	1.121.036,4	797.425,0	794.036,8	124.460,6
Ministério do Esporte	478.064,7	88.217,9	5.389,4	5.389,2	31.105,9	471.678,5	306.400,0	275.182,6	6.588,8	6.584,8	98.106,0
Ministério da Defesa	1.520.909,3	775.444,1	392.093,3	383.868,2	326.491,8	1.964.063,7	1.263.587,0	935.742,5	381.610,8	370.679,6	437.108,3
Ministério da Integração Nacional	2.294.896,7	614.305,7	213.693,2	123.816,1	203.577,0	1.813.485,6	769.348,0	633.342,2	164.829,3	113.984,9	510.820,3
Ministério do Turismo	658.307,8	130.786,4	4.476,0	4.473,5	56.001,2	884.929,1	405.283,0	376.026,5	8.565,1	8.560,1	128.827,1
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	171.360,0	68.916,0	42.272,6	42.265,3	22.167,2	212.510,4	115.123,0	107.359,3	50.821,6	50.769,9	21.689,8
Ministério das Cidades	2.340.610,8	493.120,2	109.347,0	95.326,9	368.544,0	2.288.351,3	1.080.208,0	846.022,6	40.459,2	39.864,9	534.143,1
TOTAL	21.884.628,4	8.063.190,8	3.494.814,5	3.142.331,2	3.370.329,6	22.051.372,1	15.005.276,0	10.104.968,1	3.013.041,4	2.654.071,4	6.327.616,7

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Diferem do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

(3) Inclui 'Encargos Financeiros da União'.

Outubro / 2006

Comentários

Em Outubro de 2006, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de -9,4%, quando comparados aos repasses efetuados no mês anterior.

As transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.934.486,5 (mil), em Outubro de 2006, contra R\$ 4.341.738,0 (mil), no mês anterior, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61)3412-3116 - 3412-3023. Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Distribuição do FPM/FPE

Origens	2005			2006			Variação Nominal		
	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Setembro	Outubro	Janeiro a Outubro	Out / 2006	Out / 2006	Jan a Out / 2006
							Set / 2006	Out / 2005	Jan a Out / 2005
FPM	1.676.496,1	1.939.531,8	21.044.254,4	2.220.616,0	2.012.324,0	24.010.340,5	-9,4 %	3,8 %	14,1 %
FPE	1.599.870,0	1.852.645,2	20.084.165,3	2.121.122,0	1.922.162,5	22.934.563,1	-9,4 %	3,8 %	14,2 %

Previsto x Realizado

De acordo com a Portaria STN nº 678/04, os créditos relativos ao mês de Outubro de 2006 foram efetuados nos dias 10, 20 e 30. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

MÊS	FPE		FPM		IPI-EXP	
	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado	Estimado	Realizado
Outubro	-3,0 %	-9,4 %	-3,0 %	-9,4 %	-14,0 %	-15,6 %

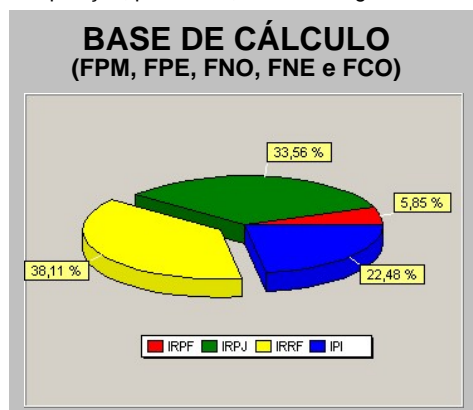
Estimativa Trimestral

As previsões, de acordo com dados fornecidos pela Receita Federal do Brasil, embutem margem de erro, face às possíveis variações do comportamento da arrecadação. A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

FUNDOS	nov/out	dez/nov	jan/dez
FPM / FPE / FNE / FNO / FCO	26,0 %	15,0 %	9,0 %
IPI-EXP	1,0 %	-4,0 %	12,0 %

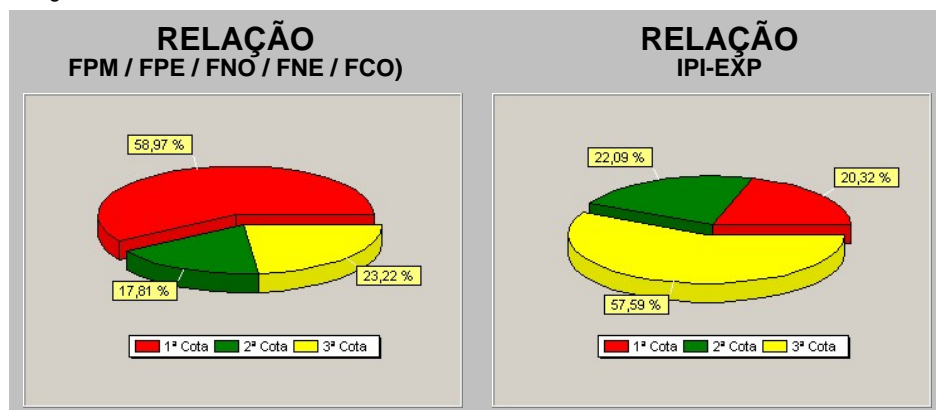
Composição dos Fundos

Em Outubro de 2006 os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:



Distribuição nos Decêndios

Os percentuais de cada cota decendial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:



Demonstração da Base de Cálculo

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI e do Imposto de Renda - IR no período de 21/09/2006 a 20/10/2006, conforme demonstrativo abaixo:

R\$ Mil

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida			Data do Crédito	Transferências				
	IPI	IR	IPI + IR		FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)	FUNDEF (2)	TOTAL
Set/3º DEC	480.481,2	5.721.693,8	6.202.175	Out/1º DEC	1.133.447,5	1.186.166	40.840,9	416.550,8	2.777.005,1
Out/1º DEC	522.360	1.351.250,8	1.873.610,8	Out/2º DEC	342.402,4	358.328,1	44.400,6	131.493,7	876.624,7
Out/2º DEC	1.362.027	1.080.176,2	2.442.203,2	Out/3º DEC	446.312,6	467.071,4	115.772,3	181.615,8	1.210.772,1
TOTAL	2.364.868,2	8.153.120,9	10.517.989	TOTAL	1.922.162,5	2.011.565,4	201.013,8	729.660,3	4.864.402
Out/3º DEC	470.205	7.530.398,1	8.000.603,1	Nov/1º DEC	1.462.110,2	1.530.115,3	39.967,4	535.092,9	3.567.285,9

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação do IR e do IPI estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp.

Distribuição dos Fundos

R\$ Mil

Estados	UF	FPM (1)	FPE (1)	IPI-Exp (1)	FUNDEF União (2)
Acre	AC	11.133	65.757	17	13.594
Alagoas	AL	47.737	79.964	683	22.861
Amazonas	AM	28.204	53.636	5.871	15.724
Amapá	AP	7.669	65.584	15	13.029
Bahia	BA	179.556	180.610	12.577	66.684
Ceará	CE	104.976	141.027	2.078	44.176
Distrito Federal	DF	4.204	13.267	88	3.296
Espírito Santo	ES	35.850	28.832	8.420	13.940
Goiás	GO	72.823	54.649	1.759	23.131
Maranhão	MA	82.846	138.746	2.115	53.313
Minas Gerais	MG	264.467	85.623	22.397	68.878
Mato Grosso do Sul	MS	29.763	25.603	1.434	10.325
Mato Grosso	MT	37.237	44.362	1.857	15.201
Pará	PA	72.898	117.483	8.389	43.437
Paraíba	PB	64.907	92.050	689	27.890
Pernambuco	PE	97.946	132.633	1.543	41.325
Piauí	PI	51.991	83.064	88	23.922
Paraná	PR	136.930	55.420	21.972	40.279
Rio de Janeiro	RJ	59.043	29.365	23.279	21.139
Rio Grande do Norte	RN	49.894	80.306	1.005	23.242
Rondônia	RO	18.222	54.120	287	12.878
Roraima	RR	12.451	47.683	11	10.623
Rio Grande do Sul	RS	134.403	45.263	27.484	38.970
Santa Catarina	SC	78.098	24.600	16.581	21.925
Sergipe	SE	28.448	79.872	139	19.201
São Paulo	SP	269.910	19.222	40.203	64.820
Tocantins	TO	30.718	83.422	33	20.167
Total		2.012.324	1.922.162	201.014	773.969

(1) Deduzidos 15% do FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-Exp, LC 87/96 e Complementação da União. Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

Datas de Publicação

Em observância ao que determina o art. 6º da Lei Complementar nº 62, de 28/12/1989, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Ano	Data
Janeiro	2006	23/02/2006
Fevereiro	2006	22/03/2006
Março	2006	19/04/2006
Abril	2006	22/05/2006
Maiο	2006	23/06/2006
Junho	2006	17/07/2006
Julho	2006	28/08/2006
Agosto	2006	20/09/2006
Setembro	2006	24/10/2006

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 27 de dezembro de 2005, a Portaria STN nº 888, de 26 de dezembro de 2005, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2006, disponível no sítio www.tesouro.fazenda.gov.br.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
 Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
 E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Outubro / 2006

Comportamento no Mês

Em Outubro de 2006, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 3.060.132,2 (mil), contra R\$ 2.891.075,8 (mil) no mês anterior. Os repasses para o Fundo apresentaram um acréscimo de 5,8% em valores nominais. Contribuíram para esse comportamento o acréscimo da ordem de 12,1% do ICMS.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional - STN (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decendiais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: ->Governo->DAF-Distribuição da Arrecadação Federal->Clique aqui para acessar o demonstrativo.

Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN (61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	Setembro	Participação	Outubro	Participação	Out / Set
FPM	390.889	13,5 %	354.223	11,6 %	-9,4 %
FPE	374.316	12,9 %	339.205	11,1 %	-9,4 %
IPI-EXP	42.008	1,4 %	35.473	1,2 %	-15,6 %
LC 87/96	24.345	0,8 %	24.345	0,8 %	0,0 %
COMPL. UNIÃO	20.722	0,7 %	20.722	0,7 %	0,0 %
ICMS	2.038.797	70,5 %	2.286.163	74,7 %	12,1 %
TOTAL	2.891.075,8	100,0 %	3.060.132,2	100,0 %	5,8 %

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

Dúvidas sobre o FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria.

As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800-616161;
- por meio dos telefones: (61)2104-8634 - 2104-9535;
- por meio do FAX: (61)2104-9283;
- por meio do e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:

Depto. de Desenvolvimento de Políticas de Financiamento da Educação Básica - DEFINEB/SEB/MEC
Esplanada dos Ministérios - Bloco L - 5º andar - Sala 510
CEP 70.047-900 - Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - COPEM
Fone: (61)3412-3116 - 3412-3023 - Fax: (61)3412-1580
E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

Complementação da União

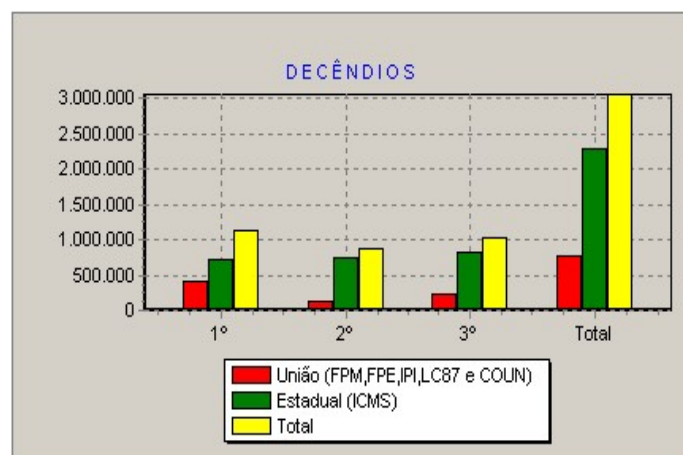
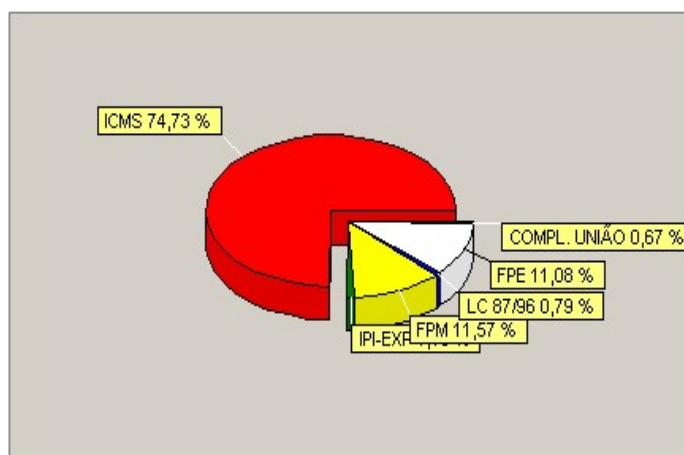
Portaria MF nº 40, de 03/03/2006, publicada no D.O.U. em 06/03/2006, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2006.

Estados	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Maranhão	26.852.430	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	26.637.435	13.426.215	13.426.215	13.426.215	13.426.215	41.579.340
Pará	14.592.180	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	15.105.330	7.296.090	7.296.090	7.296.090	7.296.090	23.155.080
TOTAL	41.444.610	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	41.742.765	20.722.305	20.722.305	20.722.305	20.722.305	64.734.420

FUNDEF Brasil por Origem

FUNDEF Brasil por Decêndio

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem e a sua distribuição por decêndios.



Distribuição do FUNDEF por Estado

Estados	Matrículas (1)	ORIGENS						FUNDEF Total (2)	Média por Aluno (R\$)	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Com. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
		R\$ Mil								
Acre	146.626	11.604	1.965	3	0	22	6.185	19.779	134,9	1.280,3
Alagoas	674.321	14.111	8.424	120	0	205	17.620	40.481	60,0	556,6
Amapá	127.625	11.574	1.353	3	0	99	4.180	17.209	134,8	1.357,6
Amazonas	745.772	9.465	4.977	1.036	0	246	47.232	62.956	84,4	719,9
Bahia	2.782.645	31.872	31.686	2.219	0	906	105.945	172.629	62,0	546,7
Ceará	1.531.674	24.887	18.525	367	0	397	35.850	80.026	52,2	561,8
Distrito Federal	300.965	2.341	742	15	0	197	0	3.296	11,0	118,9
Espírito Santo	497.527	5.088	6.326	1.486	0	1.039	58.330	72.270	145,3	1.214,8
Goiás	888.973	9.644	12.851	310	0	325	47.833	70.963	79,8	829,2
Maranhão	1.447.560	24.484	14.620	373	13.426	409	29.403	82.716	57,1	527,0
Mato Grosso	565.348	7.828	6.571	328	0	473	43.691	58.891	104,2	890,8
Mato Grosso do Sul	396.990	4.518	5.252	253	0	301	40.757	51.081	128,7	1.059,6
Minas Gerais	3.176.706	15.110	46.671	3.952	0	3.145	224.702	293.580	92,4	816,7
Paraíba	745.405	16.244	11.454	122	0	70	17.830	45.720	61,3	636,9
Paraná	1.527.232	9.780	24.164	3.877	0	2.458	119.263	159.542	104,5	963,8
Pará	1.533.369	20.732	12.864	1.480	7.296	1.064	27.483	70.919	46,2	526,5
Pernambuco	1.493.544	23.406	17.285	272	0	362	64.627	105.952	70,9	655,9
Piauí	639.212	14.658	9.175	16	0	74	13.950	37.873	59,2	589,3
Rio Grande do Norte	522.335	14.172	8.805	177	0	88	29.445	52.687	100,9	903,5
Rio Grande do Sul	1.503.203	7.988	23.684	4.850	0	2.448	172.074	211.045	140,4	1.135,4
Rio de Janeiro	2.005.935	5.182	10.419	4.108	0	1.430	208.476	229.615	114,5	887,5
Rondônia	295.378	9.551	3.216	51	0	61	18.292	31.170	105,5	950,4
Roraima	79.194	8.415	2.197	2	0	9	2.310	12.933	163,3	1.703,3
Santa Catarina	868.134	4.341	13.782	2.926	0	875	81.889	103.813	119,6	1.054,6
Sergipe	368.317	14.095	5.020	25	0	61	14.629	33.829	91,8	896,0
São Paulo	5.094.240	3.392	46.773	7.095	0	7.561	851.878	916.698	180,0	1.324,0
Tocantins	260.218	14.721	5.421	6	0	19	2.290	22.457	86,3	1.129,5
Total	30.218.448	339.205	354.223	35.473	20.722	24.345	2.286.163	3.060.131	101,3	863,2

Fonte: SIAFI

1 - Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 18, de 04/01/2006. Exceto os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

2 - Montante da UF (Estados e Municípios).

- Não há distribuição da parcela de ICMS para o DF.

- Total do Estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.